



DIÁRIO da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Manuel Alves de Oliveira
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 António João Rodeia Machado

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 15 minutos.

Deu-se conta da apresentação das propostas de lei n.^o 37 e 38/IX.

Em sessão de perguntas ao Governo, o Sr. Secretário de Estado do Turismo (Pedro Almeida) respondeu à pergunta formulada pelo Sr. Deputado José Apolinário (PS) sobre o sector do turismo e o Euro 2004, tendo ainda prestado esclarecimentos adicionais aos Srs. Deputados Jorge Tadeu Morgado (PSD), Laurentino Dias (PS) e Herculano Gonçalves (CDS-PP).

O Sr. Deputado Duarte Pacheco (PSD) formulou uma pergunta relativa à posição do Governo perante a situação do aterro sanitário do Oeste, à qual respondeu o Sr. Secretário de Estado do Ambiente (José Eduardo Martins), bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Bernardino Soares (PCP), Isabel Gonçalves (CDS-PP) e José Augusto Carvalho (PS).

Deu-se conta da apresentação dos projectos de lei n.^o 177 a 185/IX e das apreciações parlamentares n.^o 10 e 11/IX.

O Sr. Secretário de Estado dos Transportes (Francisco Seabra) respondeu à pergunta feita pelo Sr. Deputado Honório Novo (PCP), sobre o tarifário previsto para o metro de superfície do Porto, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Ricardo Fonseca de Almeida (PSD), João Teixeira Lopes (BE), Álvaro Castello-Branco (CDS-PP) e Renato Sampaio (PS).

O Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia (Manuel Fernandes Thomaž) respondeu à pergunta do Sr. Deputado Ascenso Simões (PS), sobre a construção do edifício definitivo para a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Chaves, e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Gonçalo Capitão (PSD), Bruno Dias (PCP), Maria Eulália Teixeira (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Miguel Ginestal (PS).

O Sr. Deputado Bruno Vitorino (PSD) formulou uma pergunta acerca das dívidas do Governo à Federação Portuguesa de Atletismo, que foi respondida pelo Sr. Secretário de Estado da Juventu-

tude e do Desporto (Herminio Loureiro), assim como as perguntas adicionais apresentadas pelos Srs. Deputados Bruno Dias (PCP), José Lello (PS) e João Pinho de Almeida (CDS-PP), o qual deu ainda explicações ao Sr. Deputado José Lello, a propósito do exercício do direito de defesa da honra.

O mesmo Secretário de Estado respondeu ainda à pergunta formulada pelo Sr. Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP), sobre o plano de acção para o Campeonato do Mundo de Andebol, a realizar em Portugal no inicio de 2003, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Bruno Dias (PCP) e Laurentino Dias (PS), tendo o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira (PS) interposto recurso da decisão da Mesa de não lhe conceder a palavra para dar esclarecimentos, que foi rejeitado, e sobre o qual se pronunciou, além daquele Sr. Deputado, o Sr. Deputado António Filipe (PCP).

A pergunta do Sr. Deputado João Teixeira Lopes (BE), sobre o critério do Governo para a reintrodução do pagamento de portagens na Circular Regional Exterior de Lisboa (CREL), distinguindo-a de outras vias em situação similar, deu resposta o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas (Vieira de Castro), que também respondeu aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados António Filipe (PCP), Fernando Pedro Moutinho (PSD), Edite Estrela (PS), Heloisa Apolónia (Os Verdes), Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP) e Costa e Oliveira (PSD).

O Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território (Ferreira de Almeida) respondeu à pergunta da Sr.^a Deputada Heloisa Apolónia (Os Verdes), sobre a revisão do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados João Moura (PSD), Luisa Mesquita (PCP), Nelson Baltazar (PS), Isabel Gonçalves (CDS-PP) e Nelson Correia (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio Jorge Leite Almeida Costa
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Fernando de Pina Marques
 António Henriques de Pinho Cardão
 António Joaquim Almeida Henriques
 António Manuel da Cruz Silva
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres
 Bernardino da Costa Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves
 Carlos Alberto Rodrigues
 Carlos Jorge Martins Pereira
 Carlos Manuel de Andrade Miranda
 Carlos Parente Antunes
 Diogo de Sousa Almeida da Luz
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
 Fernando António Esteves Charrua
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
 Fernando Santos Pereira
 Francisco José Fernandes Martins
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Gustavo de Sousa Duarte
 Hugo José Teixeira Velosa
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco
 João António Pistacchini Calhau
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Carlos Barreiras Duarte
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José Gago Horta
 João Manuel Moura Rodrigues
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo
 Jorge José Varanda Pereira
 Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José Agostinho Veloso da Silva
 José António de Sousa e Silva
 José Manuel Álvares da Costa e Oliveira
 José Manuel Carvalho Cordeiro
 José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
 José Miguel Gonçalves Miranda
 Judite Maria Jorge da Silva
 Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
 Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
 Luís Filipe Rodrigues Gomes
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria Aurora Moura Vieira
 Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Veríssimo
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho

Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
 Maria Elisa Rogado Contente Domingues
 Maria Eulália Silva Teixeira
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Paula Barral Carloto de Castro
 Maria Teresa da Silva Morais
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
 Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Rui Miguel Lopes Martins de Menezes Ribeiro
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso
 Vasco Manuel Henriques Cunha
 Vítor Manuel Roque Martins dos Reis

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros
 Alberto de Sousa Martins
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno
 Antero Gaspar de Paiva Vieira
 António Alves Marques Júnior
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António José Martins Seguro
 António Luís Santos da Costa
 António Ramos Preto
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Augusto Ernesto Santos Silva
 Carlos Manuel Luís
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira
 Fausto de Sousa Correia
 Fernando dos Santos Cabral
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Fernando Ribeiro Moniz
 Jaime José Matos da Gama
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Rui Gaspar de Almeida
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José António Fonseca Vieira da Silva
 José Apolinário Nunes Portada
 José Augusto Clemente de Carvalho
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José da Conceição Saraiva
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal

Luís Alberto da Silva Miranda
 Luís Manuel Carvalho Carito
 Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Manuel Maria Ferreira Carrilho
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Cristina Vicente Pires Granada
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Nelson da Cunha Correia
 Nelson Madeira Baltazar
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rui António Ferreira da Cunha
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Teresa Maria Neto Venda
 Vitalino José Ferreira Prova Canas
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
 António Herculano Gonçalves
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 João Rodrigo Pinho de Almeida
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Manuel de Almeida Cambra
 Manuel Miguel Pinheiro Paiva
 Narana Sinai Coissoró
 Pedro Manuel Brandão Rodrigues
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Bruno Ramos Dias
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 Jerónimo Carvalho de Sousa
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Odete dos Santos

Bloco de Esquerda (BE):

Ana Isabel Drago Lobato
 Francisco Anacleto Louçã
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

O Sr. Presidente: — Peço ao Sr. Secretário que proceda à leitura do expediente.

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as propostas de lei n.º 38/IX — Autoriza o Governo a legislar sobre o regime de expropriação da Rede Básica de Telecomunicações e 37/IX — Estabelece o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das comunidades intermunicipais de direito público e o funcionamento dos seus órgãos, que baixou à 4.ª Comissão.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a ordem do dia de hoje consta de perguntas ao Governo, sendo a primeira sobre o sector do turismo e o Euro 2004. Esta pergunta vai ser formulada pelo Sr. Deputado José Apolinário e será respondida pelo Secretário de Estado do Turismo.

Tem, pois, a palavra o Sr. Deputado José Apolinário, que dispõe de 3 minutos para a formulação da referida pergunta.

O Sr. José Apolinário (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Turismo, trago a esta Assembleia uma outra abordagem do tema «Euro 2004», aliás, hoje muito conturbado noticiosamente, de uma forma relativamente à qual, naturalmente, as instituições, o Estado de direito e o bom senso não deixarão de encontrar uma solução.

Mas quero abordar este tema numa outra perspectiva, que é a do Euro 2004 como evento-âncora e importante para a actividade turística.

Um campeonato da Europa de futebol, em termos turísticos, representará sensivelmente, como dizem os estudos, 350 000 turistas e 28 milhões de contos de receitas — 140 milhões de euros —, mas representará, sobretudo, a possibilidade de o país ser promovido junto de mais de 7000 milhões de telespectadores em mais de 200 países. É, portanto, um evento que ultrapassa o quadro de acontecimento desportivo e tem interesse do ponto de vista da promoção da imagem do país e do sector do turismo.

Tivemos uma experiência feliz em torno da Expo 98, cujas receitas globais se calcula terem ultrapassado os 4,4 milhões de euros, mas, do ponto de vista do turismo, obtivemos uma consolidação do aumento das receitas do turismo pós-1998.

Vejo, com alguma estupefacção, que, ultrapassado o Mundial de Futebol, havendo 10 estádios descentralizados por todo o continente, no âmbito do Euro 2004, este Governo, o Governo de que o Sr. Secretário de Estado é responsável, não tem uma promoção externa do Euro 2004 — não há mascote, estratégia de promoção, nada! —, não tem um planeamento de médio prazo, no sentido de, noutras períodos, se programarem iniciativas além do acontecimento em si, do futebol em si mesmo, não tem uma estratégia de envolvimento do sector do turismo noutras iniciativas fora do campeonato de futebol e não tem, sequer, uma política utilizando as novas tecnologias de informação. Nada tem, nada! Sobre esta matéria, até agora, o Governo limitou-se a fazer protocolos entre diferentes organismos da Administração Pública.

Penso que isso talvez seja assim pela desconfiança com que o PSD encarou o Euro 2004. Agora, o apelo que aqui lhe quero fazer, e o Sr. Secretário de Estado esteve recentemente no congresso português das agências de viagens e turismo, é que faça algo do ponto de vista do médio prazo.

Não deixe que esta oportunidade se perca, não deixe que o turismo fique à margem do Euro 2004!

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Lino de Carvalho.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, esgotou-se o tempo de que dispunha.

O Orador: — Vou já concluir, Sr. Presidente.

É a sua responsabilidade, Sr. Secretário de Estado! Os senhores estão a perder uma oportunidade-chave para consolidar o turismo português e para dinamizar, de uma forma mais global, esta iniciativa nacional.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Srs. Deputados, temos uma longa sessão de perguntas durante a manhã de hoje, pelo que a Mesa chama a atenção para a necessidade de respeitarmos rigorosamente os tempos que estão definidos.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Turismo.

O Sr. Secretário de Estado do Turismo (Pedro Almeida): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Apolinário, ouvi-o com muita atenção e devo dizer-lhe que tem toda a razão, só foi pena não terem feito isso até Abril deste ano.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Souberam lançar os estádios, souberam assinar com a Sociedade Euro 2004 toda a promoção desportiva e esqueceram-se da ligação à promoção da imagem do país e à promoção turística. Isso, efectivamente, não foi feito e deveria ter sido feito em paralelo. Daí também a nossa real preocupação, porque temos de o fazer e estamos a fazê-lo agora, com outra pressão e outro *timing*, quando esse assunto podia já estar resolvido.

De qualquer forma, quero dizer, em relação à primeira observação, embora entenda que tem sido dito pelo Governo, pelo partido e pelos nossos partidos todos, em uníssono, que o Euro 2004 foi e é uma ambição nacional. Teve problemas mas tem oportunidades e, portanto, vamos ganhar as oportunidades. É esse o espírito com que todos estamos neste projecto nacional. Disso ninguém tem dúvidas e tem sido declarado diversas vezes.

Em todo o caso, Sr. Deputado, para o descansar, dir-lhe-ei que este assunto não está esquecido.

Devo referir que, além da promoção turística, temos também a promoção desportiva, mas essa está em campo: há logótipo, a música de introdução está a ser feita por Phil Collins, há já, neste momento, uma selecção de cantores e compositores portugueses para seleccionar a música nacional e a mascote está a ser executada pela Warner Brothers. Portanto, está tudo em marcha.

Na área da imagem e na área turística, criámos uma comissão de acompanhamento, o que antes não foi feito, no sentido de congregar toda esta oportunidade da promoção desportiva com a promoção de imagem e turística, juntando os organismos e as secretarias de Estado ligadas a estes sectores, e vai dar-se início, na campanha do ICEP de promoção turística, já a começar nesta BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa), a uma campanha de sensibilização, promoção e sinalização do Euro 2004.

Na área da imagem vamos ter também uma comissão executiva, composta apenas por três pessoas, porque queremos uma comissão pequena, ligada à comissão de acompanhamento.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Secretário de Estado, terminou o tempo de que dispunha. Depois, na fase final, terá oportunidade de completar a sua resposta, porque terá à sua disposição mais 10 minutos.

O Orador: — Muito bem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para formular um pedido de esclarecimentos adicional, tem a palavra o Sr. Deputado José Apolinário, que dispõe de 2 minutos para o efeito.

O Sr. José Apolinário (PS): — Sr. Presidente, diria que é mais para complementar a pergunta inicialmente formulada.

Sr. Secretário de Estado, quero agradecer as informações que prestou mas o Sr. Secretário de Estado é um homem que já trabalhou na promoção e no *marketing* e, portanto, sabe que, tendo havido o Mundial de Futebol este Verão, não seria possível lançar uma campanha de promoção do Euro 2004 a partir de Abril.

Além disso, o senhor tem de assumir as responsabilidades deste Governo nesta matéria e não apenas escudar-se com o passado.

Mas, Sr. Secretário de Estado, V. Ex.^a sabe que, em 2004, não haverá apenas o Euro 2004, haverá os Jogos Olímpicos, Génova será a Capital Europeia da Cultura e, em Barcelona, haverá um fórum mundial de culturas. Todos estes eventos têm iniciativas programadas, planos de acção, *sites* de informação. O que é que nós temos nesta matéria? Zero! Vemos o *site* da Direcção-Geral do Turismo e zero! O do ICEP... Zero! O *Portugal inSite*? Zero! Aliás, e é esse o meu contributo nesta pergunta adicional, vou deixar-lhe cópia daquilo que obtive através da *Internet*. As cidades de Atenas, Génova e Barcelona têm um protocolo de cooperação, têm programas planeados, têm trocas de informações. E Portugal, o que é que tem? Zero! Sete meses depois de estarem no Governo, têm zero! Sobre esta questão o Governo nada faz, talvez porque sempre tenha olhado para o Euro 2004 como uma «herança enjeitada», uma herança que não foi assumida por inteiro.

O Sr. Secretário de Estado disse aqui que era um projecto nacional e de ambição nacional, o que lhe digo é que é um projecto que vai para além do acontecimento desportivo e que tem de ser aproveitado para o turismo e para o desenvolvimento de actividades culturais.

Os senhores cancelaram a iniciativa «Faro Capital Nacional da Cultura 2004»! Cancelaram, anularam! Ora, o Algarve, que é a principal região de turismo do país, poderia ter, com o complemento dessa iniciativa, uma excelente oportunidade de dinamização de outras actividades culturais. Mas os senhores cancelaram essa iniciativa! Não têm uma visão global desta matéria!

Mais: os senhores não estão...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, acabou o tempo de que dispunha, pelo que tem de terminar.

O Orador: — Os senhores não estão a encarar este desígnio como um desígnio nacional.

Quero entregar ao Sr. Secretário de Estado, e peço à Mesa que o faça, vasta informação sobre a forma como estamos a tratar o Euro 2004.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Pode entregá-la aos serviços que eles procederão à sua distribuição, Sr. Deputado.

Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Tadeu Morgado.

O Sr. Jorge Tadeu Morgado (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr. Deputado José Apolinário, deixe-me dizer-lhe que registo, com agrado, esta sua súbita e recente preocupação relativamente à promoção turística do evento em causa. Devo dizer-lhe que, para mim, tem sido uma constante surpresa, ao longo dos últimos meses, verificar estas preocupações não só de V. Ex.^a mas também dos restantes membros do Grupo Parlamentar do PS relativamente às questões do país. Parece que VV. Ex.^{as} viveram num país longínquo ou num outro planeta, onde não havia telefones, onde não havia jornais, onde não havia Internet, onde nada havia, nada, e, de repente, em Abril de 2002, chegaram aqui e — pasme-se! — o país tinha problemas e havia um evento a realizar em 2004.

Sr. Deputado José Apolinário, como o Sr. Secretário de Estado poderá confirmar, aliás, já o fez na comissão de acompanhamento do Euro 2004, até Abril de 2002 havia zero! Nada havia sido feito relativamente à promoção turística deste evento, nas suas diversas vertentes. Havia apenas a parte desportiva, concessionada à Sociedade Euro 2004, no âmbito da qual já foram realizados alguns eventos, mas quanto à promoção turística e da imagem do país havia zero. E recordo-o, Sr. Deputado José Apolinário, porque, eventualmente, poderá...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado Jorge Tadeu Morgado, lembro-o de que as perguntas são dirigidas ao Governo e não aos outros Srs. Deputados.

O Orador: — Muito bem, Sr. Presidente.

Em todo o caso, quero apenas recordar que foi em Junho de 2000 que foram assinados os contratos-programa para a construção dos estádios.

Sr. Secretário de Estado, para terminar, uma pergunta concreta. Pretendo saber se esta inacção dos últimos anos, em especial e concretamente até Abril deste ano, poderá, de alguma forma, ter reflexos negativos na promoção do evento, em todas as suas vertentes, ou se V. Ex.^a entende, como nós, que com o trabalho já efectuado pelo actual Governo e com aquele que se irá executar e operacionalizar até à realização do torneio, podemos ainda optimizar e maximizar a promoção do campeonato pela oferta turística e da imagem do país.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Ainda para formular um pedido de esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Laurentino Dias.

O Sr. Laurentino Dias (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, penso que não nos leva a lado algum dissertar sobre se até Abril ou Dezembro de 2002 havia sido feito muito ou pouco e fazer as respectivas comparações. Não nos leva a lado algum! A questão é que V. Ex.^a,

hoje, é o Secretário de Estado do Turismo e, portanto, responde perante nós e perante o país sobre a política do Governo no que respeita ao turismo e a esta questão em particular.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Há cerca de três meses, V. Ex.^a esteve na Comissão de Acompanhamento do Euro 2004, de que sou um dos membros, e dissertou durante duas horas sobre uma estrutura que o Governo tinha decidido criar para trabalhar na área de turismo relacionada com o Euro 2004, estrutura essa que envolvia a Secretaria de Estado por si tutelada, a Secretaria de Estado do Desporto, o ICEP e outras instituições. Como dizia, dissertou durante duas horas para, no final, nos ter feito perceber que tal estrutura não existia, nem tinha sido criada, nem despachada.

Se se recorda, na altura, mesmo no final da reunião, pedi-lhe que me desse conta do despacho de criação dessa estrutura, até para efeitos do trabalho da Comissão. Assim, pergunto-lhe se, desde Setembro até hoje, está feito o despacho sobre uma estrutura que, a meu ver e no entendimento de V. Ex.^a, era imprescindível para o bom êxito do trabalho do Governo nesta área do turismo e, sobretudo, no que a mesma releva para o Euro 2004.

Em segundo lugar, Sr. Secretário de Estado, faço-lhe a mesma pergunta que tinha feito em Setembro: V. Ex.^a já reuniu com os que trabalham na promoção desportiva do Euro 2004, ou seja, a empresa EURO 2004, S. A.? O que vai ser feito, Sr. Secretário de Estado?

Não nos venha com a música do Phil Collins para responder a questões sérias de natureza política, como fez na primeira resposta que deu. Não nos venha com música...! Fale-nos de questões concretas, de planos concretos e de respostas concretas da sua Secretaria de Estado, que é da sua responsabilidade e por isso aqui está.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — E o passado varre-se para debaixo do tapete...!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para formular uma pergunta de esclarecimento adicional tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Gonçalves.

O Sr. Herculano Gonçalves (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, permita-me que comece por cumprimentar o Sr. Deputado José Apolinário por trazer à Câmara este assunto que é de tão grande importância para o País. Compreendo que, apesar de habitualmente não estar presente na Comissão de Acompanhamento do Euro 2004, é um Deputado atento e formula esta pergunta com toda a pertinência.

Sr. Secretário de Estado, quero colocar-lhe uma questão muito concreta.

Todos sabemos que este torneio poderia ter lugar somente com a construção de seis novos estádios, mas vão ser construídos 10, o que nos dá mais algumas possibilidades no que diz respeito à realização de estágios desportivos que podem ser promovidos no estrangeiro. Assim, pergunto ao Sr. Secretário de Estado se pensa fazer essa promoção ainda antes da realização deste evento ou depois.

Faço-lhe esta pergunta porque, como já foi dito, quando este Governo chegou ao poder, nada estava feito sobre a matéria.

Penso que seria importante que Portugal fizesse desde já a promoção destes estágios no exterior e pergunto-lhe se considera que ainda estamos a tempo de fazê-lo.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder ao conjunto das questões, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Turismo que dispõe de 10 minutos.

O Sr. Secretário de Estado do Turismo: — Sr. Presidente, retomando o que dizia há pouco, a promoção desportiva foi muito bem tratada por VV. Ex.^{as}, no governo anterior, porque negociaram tudo com a sociedade EURO 2004, S. A. mas esqueceram-se de preservar a promoção da imagem e a promoção turística. De tal forma assim foi que, ao constituirmos a comissão de acompanhamento que vai criar uma linha de rumo destes conteúdos na área da imagem e na área turística, já que a área desportiva está garantida de acordo com aquele contrato, tivemos de chamar a esta comissão de acompanhamento «Comissão do Euro 2004 e Portugal 2004» porque nem sequer tínhamos possibilidade de utilizar o logótipo na nossa promoção, o que só vai ser possível após a assinatura do protocolo. Ou seja, a utilização do logótipo e da mascote por parte do turismo português não estava contemplada no protocolo que VV. Ex.^{as} assinaram com a sociedade EURO 2004, S. A., para a promoção desportiva. Portanto, não tiveram o mínimo de cuidado nessa matéria. Não era, pois, possível utilizar o logótipo em qualquer das acções de promoção que foram feitas até agora.

De qualquer maneira, o ano turístico — e estou a falar de promoção turística porque já disse que isto tem três vertentes — começa em Janeiro de 2003. Na campanha de promoção que o ICEP vai levar a cabo, que vai abranger seis áreas de comunicação, e que foi apresentada ao sector turístico no dia 24 de Julho de 2002, está prevista a utilização do logótipo e da sinalização relativamente ao Euro 2004 bem como informação sobre este evento.

Durante o ano 2003, vamos estar presentes em 79 feiras internacionais e utilizaremos o logótipo e a promoção do Euro 2004.

Portanto, em toda a campanha de promoção relativa ao turismo, a qual se inicia em Janeiro de 2003, está contemplada a promoção do Euro 2004.

Quanto à imagem, vai haver uma campanha específica de imagem que será contemplada pela comissão executiva no âmbito da comissão de acompanhamento. Essa campanha de imagem será sobretudo orientada para os líderes de opinião e os jornalistas. Vamos ter de tratar muito bem a comunicação social que vem acompanhar o Euro 2004, mas isto tem de ser feito dentro de uma linha de conduta clara, linear, que ganhe sinergias e efeitos multiplicadores de utilização.

Portanto, não haja preocupações porque já na próxima BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa), no âmbito da promoção turística, aparecerá o Euro 2004 e, a partir daí, será sempre em crescendo.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Em paralelo, decorrerá a campanha de imagem gerida profissionalmente e congregando todas as três áreas — desportiva, de imagem e turística.

O que eu disse ao Sr. Deputado, em sede da Comissão de Acompanhamento do Euro 2004, foi que este protocolo estava para ser assinado e que nunca tinha sido tentado. Como viu, existiam algumas dificuldades de negociação da utilização, em Portugal, do próprio logótipo do Euro 2004, mas, finalmente, conseguiu-se ultrapassá-las.

Portanto, o protocolo vai ser assinado no princípio de Janeiro, mas já temos autorização para utilização dos elementos que são absolutamente necessários para viabilizar uma imagem de conjunto.

Respondendo agora ao Sr. Deputado do PSD, devo dizer que é evidente que não temos receios. Vamos a tempo, estamos dentro dos *timings*.

Tudo foi difícil porque se, nas negociações que tinham sido feitas, já se tivesse tido algum cuidado com a imagem do País e com a promoção turística, tudo teria sido mais fácil e poderíamos estar numa outra fase, mas os Srs. Deputados podem estar descansados, porque temos a certeza de que não vai haver problema. Ainda vamos a tempo de «apanhar o comboio» e, repito, estamos dentro dos *timings*.

Penso que não falhei resposta a nenhuma pergunta sobre esta matéria. Não sei se o Sr. Presidente...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — O Sr. Secretário de Estado é que sabe se está concluída a sua resposta.

O Orador: — Eu poderia entrar em mais detalhes técnicos relativamente ao que vamos fazer, mas não sei se o Sr. Deputado...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — O Sr. Secretário de Estado dispõe de um total de 10 minutos para utilizar conforme entender, não pode é ultrapassar esse tempo.

O Orador: — Posso dar mais algumas informações.

Por exemplo, posso dizer que já reuni várias vezes, no meu gabinete, com a Sociedade EURO 2004, S. A., no sentido de nos entrosarmos cada vez melhor.

Tive, ainda, reuniões com as associações hoteleiras. Neste momento, já existem negociações fartas sobre reservas hoteleiras. Há contratos propostos e posso dizer-vos que a maior parte das unidades hoteleiras situadas nas câmaras municipais onde há estádios e nas câmaras limítrofes já tem contratos celebrados com algum preenchimento de capacidade e, no dia a seguir ao anúncio dos jogos em cada cidade, muitas delas receberão para cima de 60% dos valores das vendas que têm efectuado. Portanto, as negociações estão em curso.

Esta é uma área que, porque os senhores assim o quiseram, está incluída na definição de conjunto da promoção desportiva, porque a sociedade EURO 2004, S. A., tem o privilégio de fazer essa negociação, mas, obviamente, os operadores privados também podem fazê-lo. Aliás, estes últimos já designaram as unidades que vão fazer a promoção, que são a Cosmos e a Top Atlântico...

O Sr. José Apolinário (PS): — Então, e quanto ao resto do ano, o pós-Euro 2004?

O Orador: — Exactamente! É por isso que vamos introduzir na promoção turística e na promoção de operação...

É que, como o Sr. Deputado deveria saber, a promoção da operação específica para a hotelaria, ou seja, a introdu-

ção nas brochuras e nos *flyers* de vendas, só se fará a partir de Agosto de 2003.

O Sr. José Apolinário (PS): — Eu estou a falar de «galhos» e o senhor fala de «bugalhos»!

O Orador: — Não, não!! Eu sei exactamente do que estou a falar.

Se me permitem, queria falar de um outro aspecto para o Sr. Deputado perceber melhor aquilo com que nos preocupamos.

É que para além de termos juntado nesta comissão de acompanhamento a Associação das Regiões de Turismo e a Confederação do Turismo de Portugal, juntámos ainda algumas câmaras municipais, aquelas onde se localizam os estádios em que vão ser disputados os jogos, porque queremos que haja actividades culturais paralelas, mobilização comercial...

O Sr. José Apolinário (PS): — Quantas vezes já reuniu?

O Orador: — Com quem?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Secretário de Estado e Sr. Deputado, não há lugar a diálogo. O Sr. Secretário de Estado terá de responder. Se chegou ao fim da sua resposta, escusamos de estar a arrastar artificialmente a sessão...

O Orador: — Sr. Presidente, não gosto de deixar ninguém sem resposta.

Assim, respondo ao Sr. Deputado, dizendo-lhe que a comissão de acompanhamento ainda não está formalmente constituída pois o protocolo ainda não foi assinado, mas já reunimos informalmente várias vezes e fomos avançando.

Portanto, descanso-vos: o Euro 2004 vai realizar-se. Esteja descansado, Sr. Deputado, pois pode ter a certeza de que não será pela vertente da promoção turística nem da coordenação da promoção da imagem que o Euro 2004 vai deixar de ter lugar.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Passamos à pergunta seguinte, formulada pelo PSD e dirigida ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente sobre qual a posição do Governo perante a situação do aterro sanitário do Oeste.

Para formular a pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pacheco.

O Sr. Duarte Pacheco (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, o aterro sanitário do Oeste foi construído sob forte contestação, na sequência de irregularidades formais, suspeitas (muitas!) sobre todo o negócio que esteve na base da escolha daquela localização e, também, devido à arrogância do governo socialista e, em especial, do então Ministro Sócrates e da Administração da Resioeste, que, de uma forma muito clara e acintosa, desprezou as populações e as próprias autarquias de Cadaval e de todas as freguesias envolventes.

O primeiro ano de funcionamento mostrou falhas técnicas que foram facilmente constatadas por todos — estação de tratamento de águas paralisada; alvéolos que funcionam

como verdadeiras piscinas de águas estagnadas, transformando o aterro numa mega lixeira a céu aberto... —, tudo menos o que tinha sido prometido às populações.

A verdade é que o governo socialista criou este problema e a administração da Resioeste fez zero para o resolver. Assim, tal como nas finanças públicas, na saúde, na justiça, em todas as áreas da governação, cabe ao novo Governo resolver um problema criado pelo governo do Partido Socialista.

Quero saudar a posição do Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, Isaltino Morais, e do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, que já visitaram aquelas instalações e que, depois de terem reflectido, já têm medidas concretas para resolver o problema herdado.

Sr. Secretário de Estado do Ambiente, é sobre essas medidas que gostaria que informasse o Grupo Parlamentar do PSD e a Assembleia da República.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, tem a palavra, por 3 minutos, o Sr. Secretário de Estado do Ambiente.

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente (José Eduardo Martins): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Duarte Pacheco, não é, de facto, um assunto agradável aquele que o Sr. Deputado hoje traz à discussão do Plenário da Assembleia da República. Não é agradável, sobretudo, para este Governo, que tem uma disponibilidade de fundos muito pequena, nomeadamente de fundos estruturais, do Fundo de Coesão, para resolver problemas ambientais graves, de primeira geração, entre os quais se inclui o muito que falta fazer na política de resíduos. Não é agradável ter de constatar, um ano depois da entrada em funcionamento de um sistema de gestão de resíduos que se queria e esperava exemplar — e mais que não seja pela atenção que mereceu por parte das populações, da Assembleia da República e de toda a gente neste país —, que ele não o é. Não é!

Assim sendo, passado um ano, a primeira coisa que este Governo deve fazer é pedir desculpa, em nome do Estado, às populações daquela terra, às quais foi prometida uma coisa que não foi cumprida e que, por isso, ganharam agora o direito de desconfiar. Mas também por isso fazem agora parte de uma comissão de acompanhamento que, com a nova administração do aterro sanitário do Oeste, vai acompanhar, a par e passo, tudo o que vai ser preciso fazer — e é bastante e não se resolve no curto prazo — para obviar ao grave problema que ali está criado. Esse problema deriva fundamentalmente de duas ordens de factores: de falhas no acompanhamento da concepção/construção, ou seja, quando esse aterro foi inaugurado (e recordo-me de que ele foi inaugurado por ministros, polícias e cães), já nessa altura, ele não estava em condições de vir a prestar o serviço que devia prestar. Os erros de concepção/construção fazem com que a frente do depósito dos resíduos seja demasiado grande, o que tornou, desde o princípio, inadequado o método de tratamento de lixiviados. Mas, quando visitei o aterro, em Julho, nada fazia prever (pelo menos, aos olhos deste humilde leigo na matéria que tenho perante vós) que as primeiras chuvas deste Inverno iam causar a situação actual. E o Sr. Deputado descreveu-a bem: há uma célula inteira do aterro que, sem qualquer tipo de tratamento, está a ser usada como piscina de lixiviados. Essa é uma situação grave, que não se resolve

de um momento para o outro, porque todo o sistema de tratamento de lixiviados tem de ser reformulado.

Na quarta-feira passada, fomos alertados, com fotografias, pela Câmara Municipal do Cadaval sobre o ponto a que a situação tinha chegado e a sua gravidade. Na quinta-feira, foi nomeada uma nova administração, tendo como presidente do Conselho de Administração um homem com provas dadas na matéria dos resíduos (é actualmente o presidente da Valorsul, S. A., com os resultados, de todos conhecidos, que tem a Valorsul). Na quinta-feira, foi feito o primeiro diagnóstico e verificou-se que, além de problemas financeiros graves na gestão do aterro, entre outras coisas, a administração anterior se esqueceu de recuperar o IVA (5 milhões de euros de IVA!!...), quando tem uma situação de curto prazo gravíssima para resolver também do ponto de vista financeiro. No domingo, o Sr. Ministro determinou o encerramento do aterro por 48 horas, para se fazer...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Secretário de Estado, o seu tempo esgotou-se. Poderá, depois, prosseguir na parte final.

O Orador: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Na terça-feira, foi divulgado o caderno de encargos para resolvemos o problema estrutural ali existente, que é o problema do tratamento de lixiviados.

Quanto às outras questões, que são várias, com certeza ainda vamos ter oportunidade, na ronda seguinte, de lhes responder.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra, por 2 minutos, o Sr. Deputado Duarte Pacheco.

O Sr. Duarte Pacheco (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, a minha primeira pergunta adicional resulta do espanto que todos temos de mostrar: como foi possível tal situação?! Resulta de incompetência pura e dura? Incompetência do ministro Sócrates? Do governo socialista? Da administração? Ou houve verdadeiramente má intenção? Como é possível alguém estar ali, no seu dia-a-dia, ter ali o seu local de trabalho, ir ali todos os dias trabalhar e receber ordenado, ver aquilo a degradar-se, a atingir o nível de degradação que atingiu, e nada fazer?! Nem do ponto de vista meramente administrativo, como o Sr. Secretário de Estado fez referência, para recuperar o IVA do investimento feito, nem em termos ambientais, ao ver as coisas a degradarem-se!

A meu ver, Sr. Secretário de Estado, isto é mais do que incompetência: há aqui gestão danosa. E isto deve ser apurado. Não podemos continuar num país de brandos costumes, em que a culpa «morre solteira». Já chega! As pessoas têm de ser responsabilizadas. É um sinal que nós damos ao País, de que a época do «vale tudo» acabou e que, agora, há leis, há regras e há responsabilização de quem não cumpre com as suas obrigações.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A minha segunda questão tem a ver com o seguinte: decerto ainda vai apresentar-nos, porque não teve tempo para concluir, mais soluções. Gostaria de, des-

de já, desejar, que elas sejam bem sucedidas, que haja um sucesso claro da estratégia que o Governo tem para aquele local, porque isso significa melhorar uma situação que é verdadeiramente de catástrofe para todos os que habitam naquele concelho. Mas deixe-me também que, desde já, Sr. Secretário de Estado, lhe transmita o seguinte: pelo que conheço daquelas pessoas e daquela autarquia, elas vão estar verdadeiramente atentas ao sucesso deste programa e nunca irão abdicar da defesa dos interesses das suas populações.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, este processo começou mal desde o início, desde logo, pela localização do aterro. Aliás, julgo que ainda está por explicar a razão da escolha daquela localização por cima de um aquífero importantíssimo, como o do Grés de Torres Vedras, que ali se encontra; está por explicar por que é que o metro quadrado do terreno foi pago a 650\$, em vez de a cerca de 350\$, que era a avaliação existente para os terrenos daquela zona; está por explicar por que é que não foram consideradas as alternativas de terrenos existentes, até bem perto daquele terreno, mas com outras condições ambientais; está por explicar a falta de respeito pelo PDM do Cadaval; está por explicar a falta de uma avaliação de impacte ambiental, pela viação dos números previsíveis do volume de resíduos a depositar, que manifestamente vai ser superior ao limite a partir do qual se exige uma avaliação de impacte ambiental (e pergunto ao Governo o que vai fazer em relação a essa matéria); há dúvidas sobre o facto de a recolha selectiva poder não estar a ter reflexo no tratamento dos resíduos no próprio aterro, prejudicando, também por essa forma, o ambiente; e está por explicar a deficiente colocação das telas de impermeabilização, comprovada pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, além de vários outros problemas.

O Governo, devo dizê-lo, tem tido azar nesta matéria e o governo anterior tem fortes responsabilidades nisto. O Sr. Secretário de Estado já tinha visitado o aterro uma primeira vez e pareceu-lhe que estava tudo bem, mas, no dia seguinte, houve uma descarga. Depois, respondeu a um requerimento feito por esta bancada, dando garantias de bom funcionamento, mas, agora, teve de ir lá com o Sr. Ministro tomar as decisões sobre o que avaliou. Portanto, este Governo tem de olhar seriamente para aquele problema e para aquelas populações, que nunca tiveram a atitude de «empurrar o lixo para o quintal do vizinho», mas sempre quiseram, mesmo com um aterro (que é uma infra-estrutura necessária) no seu concelho e no seu território, que ele funcionasse, de maneira a proteger o ambiente e os interesses daquelas populações, agrícolas, florestais e outros, e a poder garantir a saúde pública de todos.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, o seu tempo chegou ao fim.

O Orador: — Terminei já, Sr. Presidente.

Uma comissão de acompanhamento pela população, designadamente da freguesia do Vilar e daquelas popula-

ções envolventes, será muito importante para garantir a confiança das populações em relação àquela infra-estrutura.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Gonçalves.

A Sr.^a Isabel Gonçalves (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, efectivamente o aterro sanitário do Oeste é uma obra que começou mal e, como já diz o ditado popular, «quem torto nasce, tarde ou nunca se endireita». Nós esperamos que este Governo consiga endireitar todos os erros que advêm de deficiente dimensionamento e concepção, deficiente execução, deficiente fiscalização, enfim, todos os erros que provêm da deficiente gestão anterior de toda esta obra.

Preocupa-nos a questão do mau funcionamento da ETAR, que não tem capacidade para tratar os lixiviados, situação também agravada com o próprio dimensionamento dos alvéolos, que faz com que, quando chove, o volume dos lixiviados aumente grandemente,

Fala-se também na questão das telas impermeabilizantes dos alvéolos, que terão deficiências nas soldaduras, o que implica que haja eventualmente contaminação dos lençóis freáticos, que é um problema bastante preocupante no futuro.

É pena que o ex-ministro e actual Deputado José Sócrates não esteja hoje aqui, nesta Câmara, para poder ouvir estas questões, pois muitas delas ser-lhe-iam dirigidas a ele, com certeza, saberia responder-nos algo.

O que quero perguntar-lhe, Sr. Secretário de Estado, é que acções de curto prazo serão implementadas para poder resolver os problemas já detectados e actualmente existentes e ainda aqueles que poderão advir para todas aquelas populações que não têm culpa alguma desta situação que lhes foi causada.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado José Augusto Carvalho.

O Sr. José Augusto Carvalho (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, foi aqui feita referência pelo Sr. Secretário de Estado e pelo Sr. Deputado Duarte Pacheco a erros.

O Sr. Ministro Isaltino Morais, em declarações ao jornal *Público*, teve a hombridade, o sentido de Estado de desonrar o seu antecessor relativamente a essa matéria. E o Sr. Deputado Duarte Pacheco disse aqui muito claramente que o que está em causa é a gestão danosa (a expressão é dele)...!

Se assim é, os senhores têm muito mais tempo de funções relativamente à gestão daquele aterro do que o anterior governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do CDS-PP.

O Orador: — Os senhores estão em funções há quase nove meses. E, ao terem agido desta forma, com esta en-

cenação (encenação previamente ensaiada), que resultados obtiveram com o encerramento do aterro em dois escassos dias? Gostaria que o Sr. Secretário de Estado explicitasse esses resultados.

Como é óbvio, em termos de concepção e de construção, aquele aterro teve a fiscalização e a supervisão do Instituto Nacional de Resíduos e do LNEC; e, por outro lado, a Comissão Europeia foi inconsistentemente questionada e arquivou todas as queixas.

Os senhores não queiram comparar a herança que nos deixaram, de mais de 300 lixeiras, e não queiram pôr em causa o êxito do programa do governo do PS, de encerramento dessas mesmas lixeiras. Se o fizerem, permitam-me que lhes diga (usando uma expressão talvez imprópria em época natalícia) que estão a ser intelectualmente desonestos.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, o seu tempo chegou ao fim.

O Orador: — Reconheçam que têm responsabilidades e que esta encenação que fizeram — aliás, com contornos político-partidários, porque levaram convosco dois presidentes de câmara do PSD,...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, o seu tempo chegou ao fim. Tem de terminar.

O Orador: — ... ignorando todos os demais presidentes de câmara — foi para esconder a vossa actuação tardia, de responsabilização da administração, onde, aliás, está o Presidente da Câmara do Cadaval, desde...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, a Mesa já o advertiu de que o seu tempo chegou ao fim!

O Orador: — Então, terminei.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, tem a palavra, por 10 minutos, o Sr. Secretário de Estado do Ambiente.

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente: — Sr. Presidente, permita-me, a mim, que fui Deputado e respeito muito esta Casa, que diga o seguinte: Sr. Deputado José Augusto Carvalho, para tudo há limites! O que o senhor acaba de dizer é de uma demagogia e de uma irresponsabilidade tão inqualificáveis que só posso responder-lhe de uma maneira: venha comigo visitar o aterro sanitário do Oeste, desafio que já fiz ao Sr. Deputado José Miguel Medeiros, também na sequência das suas declarações sobre o alegado saneamento político do «excelente» gestor do Partido Socialista que os senhores lá tinham — aliás, eu não sabia que ele era do Partido Socialista, os senhores é que tiveram a amabilidade de dizer-mo, porque eu não fazia ideia!... De facto, na segunda-feira, os senhores vieram dizer que tinham lá um excelente gestor do Partido Socialista que tinha sido saneado politicamente. Pois estão os dois convidados a ir comigo visitar o aterro para comprovarem a «excelência» da gestão que recomendam.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quanto ao que diz sobre as declarações do Sr. Ministro Isaltino Moraes, o que o Sr. Ministro disse com toda a honestidade foi o óbvio: é que pela gestão do dia a dia nenhum ministro, nem o Engº Sócrates, nem outro, pode ser responsabilizado sobretudo quando um membro do Governo está no aterro, como eu estive em Julho, e tem uma administração que os senhores nomearam, que eu não conheço, mas que os senhores nomearam, que é a mesma que foi responsável pelo período de concepção e construção. Aliás, é outro gestor diversas vezes nomeado pelo Partido Socialista para outros lugares que está neste momento na Resioeste, não é nenhum militante do PSD, não é nenhum boy do PSD, a nossa prática é diferente...

A Sr.^a Edite Estrela (PS): — Ai é?...

O Orador: — E foi esse gestor que agora lá está, e que é uma pessoa de mérito reconhecido em tudo quanto é sistema de gestão de resíduos, que chegou lá e avaliou que os erros são, sobretudo, de concepção/construção. E quanto a essa são responsáveis os titulares de cargos políticos como o senhor que fazia parte desse ministério. De facto, na audição parlamentar que solicitei a esta Assembleia foram colocadas todas estas questões pelo Sr. Deputado Bernardino Soares, que agora aqui as repetiu, e os senhores responsabilizaram-se por tudo, isto é, pela concepção/construção.

Quanto ao aterro, inauguraram-no em Novembro do ano passado com os cães à frente das pessoas a dizer que se responsabilizavam pelo «brinco» que ali tinham no Oeste e o «brinco», que ali tinham no Oeste não foi fiscalizado, teve uma concepção/construção errada e o que lá está só foi agravado pela gestão.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Portanto, venha lá comigo ver e vá dizer às pessoas que lá estão o que esteve hoje aqui a dizer. Tenha a coragem de vir comigo à Junta de Freguesia de Vilar como eu já fui três vezes. Vá lá falar com as pessoas daquela terra,! Está desafiado para ir lá comigo no dia que quiser, dizer-lhes o que acabou de referir aqui hoje, porque elas saberão dar-lhe a resposta.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quanto às questões que o Sr. Deputado Bernardino Soares colocou são todas muito oportunas e foram mencionadas nesta Câmara por todos os partidos à excepção do PS quando era maioria. A questão da localização do aterro, a questão do preço/m²... Eu exibi nesta Assembleia a avaliação de 320 000 contos quando acabaram por comprar por 635 000 contos. Fui eu que trouxe a avaliação a esta Assembleia.

Sabe qual foi a resposta que me deu a administração que os senhores nomearam? «Que era urgente, que não se podia esperar pela expropriação, se não perdiam-se os fundos comunitários». Mas sobre os fundos comunitários e sobre a herança que o Sr. Deputado José Augusto Carvalho tenho de dizer que são obrigações comunitárias para cumprir a curto prazo (nomeadamente, a redução da deposição de matéria orgânica em aterro e o cumprimento de uma directiva relativa a embalagens), mas que estamos muito longe de cumprir e os senhores gastaram 90% das disponibilidades do Fundo de Coesão para fazer menos de metade da política.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Repito: gastaram 90% das disponibilidades do Fundo de Coesão para fazer menos de metade da política!...

Por isso, é que os senhores perderam eleições e vão continuar a perdê-las no futuro porque o que há agora para resolver é enorme.

Os senhores gastaram mais de 1000 milhões de euros sobram 135 milhões de euros e não há qualquer obrigação comunitária a curto prazo que esteja cumprida.

Substituíram as lixeiras por aterros...

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Preferia as lixeiras?

O Orador: — Olhe, eu tenho 10 auditorias a decorrer nos aterros que os senhores fizeram, porque tenho de dizer-lhe que, infelizmente, o caso do aterro sanitário do Oeste não é caso virgem. Repito: o caso não é virgem, e, em breve, vamos poder avaliar o resultado dessa política em todo o caso feita à custa de 85% de um Fundo de Coesão que só esteve disponível no vosso governo.

Portanto, o senhor orgulha-se daquilo que qualquer outro teria, no mínimo, a obrigação de fazer, mas os senhores ficaram muito longe de cumprir a vossa obrigação ética, política e de responsabilidade com a gestão do governo deste País. Na verdade, hoje não estamos aqui para discutir essa matéria, mas eu terei todo o gosto em vir aqui discutir o estado em que os senhores deixaram a política de resíduos sólidos urbanos! Repito: tenho todo o gosto em discutir convosco; promovam, peçam um debate aqui, na Assembleia da República, que eu virei cá esclarecer-vos.

Em relação ao que se passa no aterro, porque isso é que é importante, deixem-me dizer, Sr. Deputado Bernardino Soares e Srs. Deputados que me puseram a questão, o seguinte: o esquema de funcionamento do aterro é composto por duas células — uma lagoa para os lixiviados e uma estação de tratamento de lixiviados. O que aconteceu foi que o caminho entre as células do aterro foi de tal maneira mal feito que não permitiu uma frente curta de deposição de resíduos. Significa isto que, quando há uma frente aberta de muitos metros de resíduos, produzem-se, quando chove, muitos lixiviados.

Ora, a lagoa não foi suficiente, transbordou, e o método de tratamento, que é a osmose inversa, acabou por não resultar, porque 40% foram rejeitados e tiveram de voltar para esta célula do aterro. Quando começou a chover, o pânico levou a que esta célula que não está a ser utilizada, onde não há qualquer tipo de tratamento, servisse para depositar lixiviados. Assim, essa situação impõe medidas de curto prazo, porque aquela água entrou em putrefacção e boa parte dela é preciso ser retirada para se poder fazer algum arejamento, se não, o problema dos odores nunca mais se resolve.

Em relação à estação de tratamento, esse, sim, um problema estrutural, os cadernos de encargos já foram lançados no sentido de podermos fazer um sistema que tenha outra estação de tratamento que permita ter um efluente em melhores condições do que o efluente de um esgoto urbano e que possa, depois, ser tratado num sistema de tratamento de águas residuais normal.

Fundamentalmente, é isto que há a fazer e, também, melhorar os acessos em volta das células do aterro para permitir uma frente de trabalho mais pequena.

Neste momento, estão já a ser adoptadas normas técnicas de gestão diferentes das que estavam a ser praticadas até agora, está a ser avaliada a situação financeira da empresa, que não é nada fácil, e, em relação a este caso, não vamos deixar, como disse o Sr. Deputado Duarte Pacheco, a «culpa morrer solteira».

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Portanto, a nova administração tem também a incumbência da tutela de apurar até ao fim, entre outras coisas, qual é a explicação, se é que há, para que uma empresa naquela situação financeira tivesse os «excepcionais» gestores que os Srs. Deputados do Partido Socialista gabam — um dia, o Sr. Deputado que está ao lado do Sr. Deputado José Augusto Carvalho diz que o gestor é excelente, é um gestor do Partido Socialista excelente; no dia seguinte, o Sr. Deputado José Augusto Carvalho vem aqui dizer que a culpa não é do Ministro mas da gestão!... Portanto, já não sabemos muito bem em que ficamos!...

Protestos do PS.

Em todo o caso, em relação à gestão, garanto-lhe que a nova administração tem a responsabilidade, também pelo mandato da Associação de Municípios do Oeste, de ir até ao fim no apuramento de responsabilidades.

Como é que se justifica, Sr. Deputado José Augusto Carvalho, que uma empresa naquela situação financeira se tenha esquecido de pedir o reembolso de 5 milhões de euros de IVA?! Como é que isso se explica?! Como é que se justifica que engenheiros (homens alegadamente experientes, nomeados pelo Partido Socialista para gerirem aquele aterro e que fizeram tantos pelo País...), não tivessem conseguido prever que uma frente de trabalho daquela maneira não podia deixar de resultar naquele volume de lixiviados?!

Os Srs. Deputados do Partido Socialista continuam a gritar LNEC, Administração, não sei o quê, mas seria bom que, de uma vez por todas, não se refugiassem na demagogia parlamentar e que marcassem um dia para ir comigo a Vilar. Se não responderem a este desafio, só posso interpretar o que estiveram a fazer de demagogia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Srs. Deputados, terminada a segunda pergunta, e uma vez que o Sr. Secretário de Estado dos Transportes ainda não está presente, aproveito para dar a palavra ao Sr. Secretário a fim de nos dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas: projectos de lei n.º 177/IX — Lei de Bases da Reforma do Serviço Público de Registo e Notariado (PS), que baixa à 1.ª Comissão, 178/IX — Aprova a lei-quadro sobre autoridades reguladoras independentes nos domínios económico e financeiro (PS), que baixa à 5.ª Comissão, 179/IX — Alarga o regime de incentivos fiscais à I&D Empresarial (PS), que baixa à 5.ª Comissão, 180/IX — Alterações ao Código do Imposto de Sisa e do Imposto sobre Sucessões visando desonerar as transmissões de empresas a favor de descendentes (PS), que baixa à

5.ª Comissão, 181/IX — Estabelece o direito dos trabalhadores a um número mínimo anual de horas de formação profissional certificada (PS), que baixa à 8.ª Comissão, 182/IX — Aprova medidas com vista à modernização do regime da realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços de comunicações pela Administração Pública (PS), que baixa à 5.ª Comissão, 183/IX — Lei de Bases da Segurança Rodoviária e da Alta Autoridade para a Segurança Rodoviária (BE), que baixa à 9.ª Comissão, 184/IX — Criação, no concelho do Entroncamento, da freguesia de Nossa Senhora de Fátima (PSD e CDS-PP), que baixa à 4.ª Comissão, 185/IX — Elevação da povoação da Longra a vila, no município de Felgueiras (PS), que baixa à 4.ª Comissão; e apreciações parlamentares n.º 10/IX (PCP) — Decreto-Lei n.º 270/2002, de 2 de Dezembro, que estabelece o sistema de preços de referência para efeitos de comparticipação pelo Estado no preço dos medicamentos e altera o Decreto-Lei n.º 118/92, de 25 de Junho, e 11/IX (PCP) — Decreto-Lei n.º 271/2002, de 2 de Dezembro, que altera a Lei n.º 14/2000, de 8 de Agosto, que aprovou medidas de racionalização da política do medicamento no âmbito do Serviço Nacional de Saúde.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Srs. Deputados, vamos passar à terceira pergunta, sobre o tarifário previsto para o metro de superfície do Porto.

Para formular a pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Sr.º e Srs. Deputados, é pública, eu diria é lamentavelmente conhecida a nível nacional, a proposta que o Conselho de Administração da empresa do metro ligeiro do Porto fez para o tarifário do metro ligeiro.

Como se sabe, o Conselho de Administração é constituído por sete membros, três de natureza executiva e quatro que são presidentes de câmara, respectivamente, o Sr. Major Valentim Loureiro, o Sr. Dr. Rui Rio, o Sr. Narciso Miranda e o Sr. Eng. Mário Almeida.

Este Conselho de Administração propôs um tarifário de preços ao Governo, que, supõe-se, não terá sido ainda aprovado pela tutela — e esta é uma espécie de pergunta prévia que lhe coloco desde já.

Há um conjunto vasto de questões que lhe coloquei num requerimento dirigido ao Governo em 29 de Novembro, ao qual ainda não obtive resposta, mas decidi formular esta pergunta hoje, porque me parece que há necessidade de exigir uma clarificação sobre esta matéria, até porque a população daquela zona pretende usar este novo meio de transporte mas está profundamente preocupada com aquilo que vai ter de desembolsar em relação à utilização do metro ligeiro de superfície.

A proposta é tão inaceitável, Sr. Secretário de Estado, que era para entrar em vigor no dia 8 de Dezembro e foi adiada para o início do próximo ano. A proposta é tão injusta que já foram anunciadas algumas modificações episódicas e circunstanciais. De facto, alguns pormenores apontam para uma verdadeira «bomba de relógio» colocada no bolso das populações de Matosinhos e do Porto que, nesta primeira fase, vão utilizar o metro ligeiro.

A título de exemplo, direi que não há passe diário, não há bilhete de ida e volta, não há bilhetes nem passes para

jovens, para idosos, para estudantes, são definidas várias zonas... Isto é, são feitas propostas lamentavelmente inovadoras, comparativamente com sistemas de transporte utilizados noutros pontos do País, como em Lisboa, e da União Europeia.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Tristes novidades!

O Orador: — Por exemplo, é inaceitável que seja proposto que o bilhete simples custe 160\$, quando em Lisboa custa 120\$, que o pacote de 10 viagens custe 1440\$, quando em Lisboa custa 930\$, que o preço do passe mensal custe 4000\$, quando em Lisboa custa 2340\$.

Sr. Secretário de Estado, a proposta de preços tem de ser ratificada pelo Governo, pelo que lhe pergunto se a proposta de preços que o Conselho de Administração da empresa Metro do Porto submeteu ao Governo incluía, ou não, o valor das indemnizações compensatórias. Gostaria, também, de saber qual é o nível dessas indemnizações compensatórias.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha terminou. Queira concluir.

O Orador: — Concluo já, Sr. Presidente.

Qual é o valor *per capita* das indemnizações compensatórias?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Sr. Secretário de Estado dos Transportes (Francisco Seabra): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Honório Novo, o tarifário do metro do Porto foi proposto pela empresa. Trata-se de um tarifário novo e, como tal, teria de ser — e foi — homologado pela Direcção-Geral de Transportes Terrestres e mereceu a minha aprovação. Porquê? Porque o tarifário do metro do Porto foi concebido para ser intermodal e visa ser alargado a toda a Área Metropolitana do Porto. Será um ganho substancial para todos os cidadãos habitantes da Área Metropolitana do Porto e irá facilitar, sem dúvida, as deslocações nesta área.

A questão que se põe é a seguinte: neste momento, existe apenas uma linha de metropolitano com 12 km, que é o troço inicial de uma rede que estará completa, na sua primeira fase, apenas em 2004. E, uma vez que a adopção do tarifário intermodal para todo o sistema de transportes não é um processo simples e de adopção imediata, a sua adopção é entendida como gradual.

A empresa Metro do Porto, numa atitude que consideramos responsável, preparou um programa de introdução do tarifário que, num primeiro tempo, até 31 de Dezembro (que é entendido como um programa de promoção do transporte público), tem um transporte gratuito, no mês de Janeiro, faz entrar em vigor a proposta de tarifário em que o passe tem a validade não de um mês mas, sim, de dois meses e, a partir de 1 de Fevereiro, entra em vigor o tarifário intermodal num conjunto de linhas da STCP que tem relação directa com o metro. Isto é, toda a área de influência desta linha de metro passa a ser abrangida pelo tarifário intermodal.

Com a conclusão de novos troços do metropolitano, previstos para 2003, proceder-se-á ao progressivo alargamento...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Secretário de Estado, o tempo de que dispunha para responder chegou ao fim. Informo que, no final, o Sr. Secretário de Estado ainda terá à sua disposição 10 minutos para responder ao conjunto das perguntas que lhe irão ser postas.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, agradeço a sua intervenção, embora a única novidade pública que nos transmitiu tenha sido a de que o Governo já aprovou a proposta apresentada pelo Conselho de Administração da empresa Metro do Porto. Portanto, o Governo é, a partir desse momento, também responsável por aquela que deve ser a proposta mais injusta para as populações do Porto em termos de um serviço público, que é o metro ligeiro do Porto.

O Sr. Augusto Santos Silva (PS): — É verdade!

O Orador: — O Sr. Secretário de Estado acaba de se responsabilizar por uma proposta que atingirá milhares de pessoas que não têm, não tiveram nem nunca terão necessidade de utilizar dois sistemas de transportes para se deslocarem para o Porto. Ou seja, esses milhares e milhares de pessoas serão obrigados a comprar para rentabilizar uma empresa aquilo que os senhores designam por «bilhete intermodal» quando utilizam uma única forma de transporte, exclusivamente uma única forma de transporte, que é o novo metro ligeiro de superfície. São obrigadas a comprar um bilhete que se diz «intermodal», que é mais caro do que aqueles que hoje a STCP ou a antiga linha ferroviária praticava e que os alternativos continuam a praticar a preços mais baratos.

É por esta absoluta iniquidade que o Governo acaba de anunciar ao País que se co-responsabiliza com a proposta já avançada pelo Conselho de Administração da empresa Metro do Porto.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Secretário de Estado não me diz uma palavra sobre o valor das indemnizações compensatórias, não me diz uma palavra sobre o valor das indemnizações compensatórias *per capita*, não me diz uma palavra, em termos de valores comparativos, entre as indemnizações compensatórias no metro ligeiro de Lisboa e no do Porto e não me diz — agora acrescento-lhe uma outra pergunta — quais são os critérios sociais do Governo para a definição do preço dos transportes em matéria de um serviço público desta natureza.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Fonseca de Almeida.

O Sr. Ricardo Fonseca de Almeida (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Transportes, antes de entrar na questão do tarifário do metro, queria referir a

importância da existência do metro para a cidade do Porto, para a Área Metropolitana do Porto.

Risos do PCP.

De facto, foi um projecto que saiu do papel e que é hoje uma realidade!

Queria associar-me às preocupações do Partido Comunista Português porque, também para nós, a questão dos tarifários do metro constitui uma preocupação. No entanto, queria perguntar ao Sr. Secretário de Estado se todos os problemas do metro do Porto se resumem a um problema tarifário.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sobre o metro já aqui falámos muitas vezes!

O Orador: — Se assim for, se o único problema for o tarifário, este é um projecto que, desde logo, se perspectiva de sucesso.

Também queria aproveitar o facto de estar no uso da palavra para referenciar duas personalidades que foram fundamentais para que este projecto do metro fosse hoje uma realidade: o Prof. Vieira de Carvalho e o Major Valentim Loureiro.

Protestos do PS e do PCP.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — O quê?!... Está a delirar! Isto é o delírio!

O Orador: — Duas pessoas essenciais para que este projecto deixasse o papel e se tornasse hoje uma realidade, com todos os incómodos para a bancada do Partido Socialista.

Queria perguntar ao Sr. Secretário de Estado se o esforço financeiro do metro de Lisboa é equivalente ao do metro do Porto relativamente ao tarifário, porque é fundamental que o esforço financeiro de um seja idêntico ao do outro, por uma questão de igualdade.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, é absolutamente inacreditável que o Sr. Deputado Ricardo Almeida tenha vindo aqui referir o nome de um autarca que em tudo deveria envergonhar o PSD. Para além de ser Presidente da Junta Metropolitana do Porto, para além de ser Presidente da Liga, para além de ser presidente... — e fico-me por aqui senão o tempo de que disponho esgotar-se —, tem sido alguém que nunca se tem comportado com o necessário sentido de responsabilidade. Inclusivamente, aquando da inauguração do metro do Porto, por diversas vezes se referiu ao caso específico da sua autarquia, comportando-se não como Presidente da Junta Metropolitana do Porto mas, sim, como presidente de uma autarquia, na qual, inclusive — diga-se de passagem —, como toda a gente sabe, passa muito pouco tempo.

Por tudo isto, de facto, o Sr. Deputado não foi muito feliz ao trazer à Câmara esse exemplo.

No que concerne à questão do metro, gostava de referir que, após o triste espectáculo das «danças das cadeiras» da administração, há mais este problema do tarifário. O *andante*

— o nome que é dado ao bilhete de metro — é de 80 centimos. Ora, como já aqui foi dito, esse preço corresponde a mais do dobro do que custa igual percurso nos autocarros da STCP. Além do mais, é suposto ser intermodal e, como sabe, a intermodalidade não existe até ao momento.

Já agora, também gostava de realçar o facto de os Presidentes das Câmaras Municipais do Porto e de Matosinhos terem votado favoravelmente este tarifário para, depois, mostrarem o seu desacordo — convinha que houvesse aqui alguma coerência!

Gostava de saber como é que o Governo pretende retirar os carros do centro da cidade, dar incentivos à utilização do metro e, ao mesmo tempo, pratica um tarifário que em nada se coaduna com o plano de mobilidade previsto para a Área Metropolitana do Porto. É um perfeito contra-senso! Nós vamos assistir, com certeza, a que as pessoas continuem a utilizar os transportes públicos da STCP ou, então, o seu próprio carro, contribuindo para que o congestionamento da cidade e da Área Metropolitana se mantenha.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Castello-Branco.

O Sr. Álvaro Castello-Branco (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Transportes, o metro do Porto iniciou a sua actividade há apenas duas semanas, por isso aproveito esta oportunidade para saudar o início dessa actividade.

Tal como todos os projectos em processo de arranque, ainda existem arestas que precisam de ser limadas — é natural que assim seja! Pouco natural seria, Sr. Secretário de Estado, que não aparecessem problemas e que não sucedessem alguns incidentes.

Uma das questões fundamentais é a relativa aos tarifários. E os tarifários são, efectivamente, demasiados altos e desproporcionados,...

Aplausos do PS, do PCP e do BE.

... mais ainda se comparados com os que são praticados no metropolitano de Lisboa.

Estamos certos, Sr. Secretário de Estado, de que o desejo quer da empresa Metro do Porto quer do Governo é o de que todas estas questões sejam ultrapassadas com sucesso. E tal só será conseguido através de uma acção concertada entre o Governo e a Metro do Porto, unindo os esforços de todos na realização deste objectivo que, penso, será fundamental para a zona da Área Metropolitana do Porto. Esta acção concertada, Sr. Secretário de Estado, levará a que os tarifários praticados no metro possam vir a ser mais acessíveis a todos aqueles que necessitam de utilizar este meio de transporte, contribuindo deste modo para uma vida melhor de todos eles.

Sr. Secretário de Estado, queria perguntar-lhe se V. Ex.^a teve já alguma conversa com a Metro do Porto,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Teve! Até aprovou a proposta, Sr. Deputado!

O Orador: — ... no sentido de encontrar uma solução mais adequada para o tarifário do metro ligeiro da cidade do Porto.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Renato Sampaio.

O Sr. Renato Sampaio (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Transportes, o PSD já nos habituou a esquecer o Norte e o Porto quando chega ao Governo.

O Sr. Augusto Santos Silva (PS): — Muito bem!

O Orador: — Para falar sobre o metro do Porto é preciso conhecer o projecto e o PSD revelou, hoje mesmo, que, depois de o metro estar a circular no Porto, ainda não conhece o projecto.

Na construção deste importante projecto para a Área Metropolitana do Porto e para o Porto, o contributo do PSD e dos seus governos, embora o tivessem inaugurado, foi praticamente nulo.

Agora, na fase da exploração, o Governo do PSD está praticamente a ignorar o projecto do metro do Porto e as suas populações. O que o Porto, o Norte e o metro do Porto precisam é de ter um tratamento igual ao que se passa na Área Metropolitana de Lisboa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, pergunto ao Sr. Secretário de Estado — e quero que me responda aqui, hoje e agora — qual vai ser o comportamento e a atenção do Governo para com o metro do Porto, designadamente se vai ou não adoptar a mesma atitude que tem para com o metro de Lisboa, subsidiando permanentemente a exploração. Vai ou não adoptar o mesmo comportamento com o metro do Porto?

Por outro lado, pergunto se o Governo vai ou não estender ao metro do Porto e à Área Metropolitana do Porto o passe social que existe no metro de Lisboa. Isto é que é importante para as populações e é esta a resposta que queremos ouvir do Governo, aqui e agora.

Applausos do PS.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder a este conjunto de questões e, se assim o entender, completar a resposta inicial, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, que dispõe de 10 minutos.

O Sr. Secretário de Estado dos Transportes: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que está a fazer-se em relação ao metro do Porto é algo de inovador em termos de empresas públicas de transportes.

O Sr. Renato Sampaio (PS): — Mas fomos nós que o construímos!

O Orador: — No metro do Porto temos, pela primeira vez, a contratação do serviço público com um operador público de transportes. Entendemos que esse é, sem dúvida, um avanço numa clarificação que se torna necessária face ao panorama actual da situação das empresas públicas de transportes.

Neste âmbito, o que se passa com os operadores de Lisboa ou com o operador urbano do Porto é inaceitável.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Já referi há pouco que está previsto que este tarifário intermodal venha a ser aplicado gradualmente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sem alterações, Sr. Secretário de Estado?!

O Orador: — Assim, em Janeiro, entrará em vigor o tarifário do metro do Porto na sua componente intermodal, associado a um conjunto de carreiras rodoviárias da STCP que fazem a conexão directa com esta linha do metro do Porto. À medida que forem abertos novos troços do metro do Porto, será alargado este conjunto de carreiras abrangidas pela intermodalidade.

Estas coisas não se fazem de um dia para o outro,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas aumenta-se logo!

O Orador: — ... não é possível passar de um dia para o outro de um sistema monomodal, o que existe, para um sistema intermodal.

As vantagens para os passageiros serão evidentes aquando da entrada em serviço da intermodalidade.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Mas já se paga a intermodalidade!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Paga-se já e usa-se depois!

O Orador: — Posso traduzir-vos a seguinte ideia simples: um bilhete não se destina apenas para o metro. O passageiro portador de um título de transporte, se a sua viagem abrange um trajecto em metro e um trajecto em autocarro, pode utilizar o mesmo bilhete sem pagar mais, ou seja, faz esse trajecto apenas com um bilhete.

Entendemos, portanto, que isso será, sem dúvida, um avanço. Aliás, posso dizer neste momento que pensamos vir a adoptar o mesmo sistema intermodal, com uma filosofia semelhante adaptada às situações existentes, na Área Metropolitana de Lisboa.

Protestos do PCP e do BE.

Relativamente ao pagamento de bilhetes por zonas e não bilhete inteiro, posso adiantar que, em termos de transportes, não há solução única. Sistemas como o do metro de Londres ou o do metro ligeiro de Estugarda, que mereceu da UITP (*Public Transport International*), em 1996, a apreciação de melhor sistema de transportes públicos do mundo, tem também bilhetes por zonas. Portanto, a questão não está afiada.

Em termos de futuro, o que posso dizer é que, em 2004, pensamos que vai haver condições para estar implantado de forma global o sistema intermodal no Porto.

Gostaria, ainda, de adiantar que já foi demonstrada uma capacidade de responsabilidade e de flexibilidade da parte dos responsáveis da Metro do Porto e, também, de toda a comunidade de transportes do Porto no sentido de adaptar e de flexibilizar a sua actuação de modo a limar as arpas de um projecto inovador.

Gostaria, igualmente, de chamar a atenção para o facto de haver aqui uma responsabilização local. O Governo, evidentemente, está responsabilizado neste processo (nós

assumimos essa responsabilidade), mas é importante que cada vez mais as autoridades locais estejam por dentro deste processo. E a Metro do Porto é uma empresa maioritariamente pertencente à Área Metropolitana de Porto — e nós aceitamos e reconhecemos essa sua intervenção.

No tocante aos transportes nas áreas metropolitanas, é uma componente essencial que exista uma partilha e uma cada vez maior assunção de responsabilidade por parte das entidades locais.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Estamos esclarecidos!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Renato Sampaio (PS): — Sr. Presidente, peço também a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Com certeza, Srs. Deputados.

Dou a palavra, em primeiro lugar, ao Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Presidente, gostaria que a Mesa me informasse, bem como aos diferentes grupos parlamentares, se se confirma ou não que o Sr. Secretário de Estado dos Transportes terá feito chegar à Mesa uma documentação escrita com o valor das indemnizações compensatórias a aplicar à proposta de preços da Metro do Porto e com o nível *per capita* dessas indemnizações compensatórias. Como não me respondeu à pergunta, admito que tenha entregue por escrito.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Não, Sr. Deputado. À Mesa o Governo não fez chegar qualquer documentação sobre essa matéria.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Renato Sampaio.

O Sr. Renato Sampaio (PS): — Sr. Presidente, como o Sr. Secretário de Estado ainda dispõe de tempo, gostaria que, através da Mesa, o Sr. Secretário de Estado nos respondesse à questão do passe social, visto que não o fez.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, a Mesa não é intermediária de perguntas. O Governo respondeu da forma que entendeu, pelo que chegámos ao fim da terceira pergunta.

O Sr. Secretário de Estado dos Transportes: — Peço a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para que efeito, Sr. Secretário de Estado?

O Sr. Secretário de Estado dos Transportes: — Para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra, Sr. Secretário de Estado, pedindo-lhe que seja breve.

O Sr. Secretário de Estado dos Transportes: — Com certeza, Sr. Presidente. Serei breve.

Em termos de indemnizações compensatórias, elas estão contratualizadas nas bases de concessão da Metro do Porto numa proporção passageiros/quilómetro e receitas. Face a estes dois dados de base, serão encontradas as indemnizações compensatórias. Aqui procura-se uma gestão responsável que, digo-o mais uma vez, é claramente assumida pelos responsáveis da Metro do Porto.

Em termos de passe social, o tarifário intermodal responde às necessidades dos sistemas de transporte público. Devo dizer que se me afigura que apresenta claras vantagens em relação ao sistema de passes multimodais existentes em Lisboa e que temos, claramente, de o reformular, porque é inaceitável o modo como, neste momento, está organizado.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Srs. Deputados, agora, sim, chegámos ao fim da terceira pergunta.

Vamos passar à quarta pergunta, sobre a construção do edifício definitivo para a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Chaves.

Para formular a pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. Ascenso Simões (PS): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, permita-me fazer um agradecimento ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares por ter aceite integrar esta pergunta na sessão de hoje. Pela terceira vez, fiz esta pergunta e, finalmente, o Governo aceitou vir aqui debater esta questão.

Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, comprehendo que esta questão não seja fácil. Aliás, as questões do ensino superior não têm sido fáceis, têm trazido grandes problemas ao Governo.

É, portanto, normal que, quando se questiona o Governo sobre universidades, sobre o financiamento das universidades, sobre as construções das universidades ou sobre os espaços para que elas possam funcionar correctamente, o Governo tenha sempre grandes dificuldades em vir à Assembleia.

Sr. Secretário de Estado, ao longo dos últimos anos, principalmente nos cerca de sete anos de governo do PS, assistimos, nesta Assembleia, a várias intervenções de Deputados do PSD, que reivindicavam a construção definitiva do edifício da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), em Chaves.

A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro tem um pólo em Chaves, o qual surgiu de um compromisso assumido por governos do PSD na sequência do desaparecimento das escolas do magistério primário. Aí decorrem trabalhos no âmbito de várias licenciaturas. Há, ainda, autorização para a introdução de novas licenciaturas num pólo onde normalmente os cursos têm sempre adesões maciças e não ficam vagas, sequer, para a segunda fase de colocações no ensino superior. A Câmara Municipal de Chaves, que foi do PSD, depois do PS e agora é, novamente, do PSD, tem vindo a reivindicar a construção definitiva do edifício da Universidade. Aliás, a Câmara Municipal de Chaves é responsável pela entrega à administração central de um espaço para a construção definitiva desse edifício e pela elaboração de um projecto que foi posteriormente adaptado pela própria Universidade.

Portanto, temos aqui uma responsabilidade do Governo da Nação para com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e para com a cidade de Chaves.

Gostava que, hoje, pudéssemos ter aqui também a participação dos Deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral de Vila Real para nos ajudarem a reivindicar junto do Governo, mas parece-me que o PSD, que é maioritário no meu distrito, não está interessado em resolver os problemas do distrito, pelo que espero que o Sr. Secretário de Estado nos ajude a resolvê-los.

Sr. Secretário de Estado, houve um concurso, houve uma autorização para que se realizasse esse concurso, houve uma decisão do Governo para permitir a adjudicação por cerca de 650 000 contos e, posteriormente, houve uma adjudicação prévia, ou, pelo menos, uma consignação, no valor de 750 000 contos.

Ora, neste momento, importa saber se o Governo autoriza ou não a adjudicação desta obra para que se realize no mais curto espaço de tempo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia (Manuel Fernandes Thomaz): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero cumprimentar e desejar a todos, bem como às vossas famílias, um bom Natal e um feliz Ano Novo.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Muito obrigado, Sr. Secretário de Estado. Igualmente.

O Orador: — Obrigado, Sr. Presidente.

Respondendo à questão colocada pelo Sr. Deputado Ascenso Simões, gostava de pôr em contexto toda a problemática que existe em torno da UTAD, pólo de Chaves, desde a extinção da escola do magistério primário até à passagem da formação de professores para o âmbito da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Existe um plano, de Maio de 2001, se não me engano, previsto para este pólo de Chaves em que, além das três licenciaturas que actualmente existem, ou seja, a licenciatura em Educação de Infância, a licenciatura de Ensino Básico – 1.º Ciclo e a licenciatura em Recreação, Lazer e Turismo, e além de um CESE (Curso de Estudos Superiores Especializados) em Educação de Adultos e Desenvolvimento Comunitário em Ensino, estavam previstos, numa segunda fase, mais cinco licenciaturas (Psicologia, Estudos Portugueses e Espanhóis, Terapia Recreacional, etc.).

A previsão é a de que, em 2005/2006, o total de alunos seja de cerca de 1500. Aliás, se virmos as previsões para o conjunto dos estabelecimentos de ensino superior em geral, constataremos que há um aumento de cerca de 20 ou 30%, quando, na realidade, o que vai haver é um decréscimo de cerca de 10%. Portanto, há algo que não está a ser bem coordenado entre todos.

Para este plano de formação do Pólo de Chaves, estava prevista a construção dos talis edifícios A, B e C de Chaves, com cerca de 5000 m², e, na tal segunda fase, mais 8500 m². Ora bem, o que é que se passou entretanto? A Câmara Municipal de Chaves, realmente, cedeu um terreno e terá contratado os próprios projectistas, o que não é

assim uma coisa muito normal mas, enfim, terá contratado os projectistas. Tudo isto sem ter havido um programa preliminar devida e superiormente aprovado.

No entanto, até 2001, efectuaram-se despesas no valor de cerca de 120 000 euros, com a parte de projecto e com a sua necessária revisão — o projecto era, realmente, muito interessante, com edifícios em forma de cilindro e tudo isso, só que, depois, os custos sobem por aí acima —, e em 2001 teve uma dotação de cerca de 200 000 euros, que transitaram como saldo, porque não foram gastos, para 2002.

Em 2002, esteve inscrito no PIDDAC, inicialmente, qualquer coisa como 139 ou 140 000 euros, em números redondos, e esses 140 000 euros foram cativados. O projecto acabou por ser aprovado...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Secretário de Estado, o seu tempo chegou ao fim. Informo-o de que, no final, terá ainda 10 minutos adicionais para responder ao conjunto das questões.

O Orador: — Terminei já, Sr. Presidente.

Foi feito um concurso e a proposta mais baixa, ainda assim, corresponde a preços por metro quadrado que são cerca de 50% superiores aos valores de referência do Ministério da Educação, pelo que o projecto não pode ter continuidade. Por isso, as verbas foram cativadas e não houve verbas inscritas no PIDDAC para 2003. Há mais coisas para dizer, que reservo para a parte final.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Srs. Deputados, pela quantidade de inscrições para as perguntas adicionais e não podendo nós, de acordo com o Regimento, ultrapassar o tempo global de 10 minutos para esse efeito, as perguntas adicionais terão de ser feitas por cada Sr. Deputado em 1 minuto e 30 segundos, em vez dos 2 minutos habituais. Portanto, pedimos aos Srs. Deputados que tenham presente este constrangimento.

Sr. Deputado Bernardino Soares, pede a palavra para que efeito?

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, para interpelar a Mesa. Salvo melhor entendimento, julgo que a prática de 2 minutos para os pedidos adicionais, ao contrário do que acontecia anteriormente, em que era 1 minuto, se baseava num entendimento de que, caso o limite de tempo fosse ultrapassado, seria um pedido por cada grupo parlamentar. Isso é que justificou o alargamento para 2 minutos. Quando não, estaremos aqui perante uma dificuldade maior para os grupos parlamentares que só têm um pedido de esclarecimento a formular.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — É verdade, Sr. Deputado. Tem toda a razão. Em todo o caso, houve grupos parlamentares em que se inscreveu mais do que um Sr. Deputado e isso é permitido. Portanto, temos de distribuir este tempo global, pelo que peço aos Srs. Deputados que tenham em atenção o que diz o Regimento nesta matéria.

Para uma pergunta adicional, tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. Ascenso Simões (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Fernandes Tomás, V. Ex.^a é uma figura relevante da ciência portuguesa e eu gostava que hoje fosse, pelo menos, um pouco mais conciso, respondendo às perguntas que fiz e dizendo-nos se vai haver ou não vai

haver um pólo em Chaves. O que é que é essa novidade que o Sr. Ministro da Ciência nos trouxe a Trás-os-Montes, dizendo que podia ser construído um centro universitário em Chaves?

V. Ex.^a referiu-se a cursos que existem naquele pólo e na universidade, mas, Sr. Secretário de Estado, esses cursos estão cheios, não há mais vagas para eles e são cursos que têm saídas profissionais. Pode a designação parecer estranha, mas são cursos importantes para a nossa região, que precisa de técnicos em áreas tão importantes como o turismo.

Sr. Secretário de Estado, por último, peço-lhe que nos diga, efectivamente, o que vai fazer daquele pólo, como vai o Governo resolver o problema da sua construção, uma vez que no PIDDAC para 2003 não aparece nem um euro para tal e esse é um ponto importante. Que integração vai haver com a Escola Superior de Enfermagem e que novos cursos pode haver nesta escola? O que é que é essa Escola Superior de Saúde, que o Sr. Ministro anunciou para aquela zona? Estas são questões importantes para que possamos ter uma ideia do que este Ministério e este Governo querem para o pólo da universidade em Chaves e para o ensino superior em Trás-os-Montes.

Em zonas do interior, é muito importante termos uma ideia do que o Governo quer, porque me parece — pode não ser o caso — que, por vezes, há uma certa tendência para valorizar as universidades tradicionais em detrimento das universidades do interior.

Sr. Secretário de Estado, parece-me que não deve ser bem esse o sentido do Sr. Primeiro-Ministro, que, ainda por cima, foi autarca no nosso distrito, foi Presidente da Assembleia Municipal de Valpaços, um concelho junto a Chaves.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Capitão.

O Sr. Gonçalo Capitão (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, retribuindo os seus votos de boas-festas e, obviamente, dirigindo-os a toda a Câmara, faço-lhe esta pergunta com muita satisfação, embora com alguma velocidade também, porque é nestes pequenos casos que podemos provar as teses que vimos defendendo sobre o desnorte do PS, a norte, a sul, a este e a oeste, em matéria de ensino superior.

Em causa está o novo edifício para o Pólo de Chaves da UTAD, com projecto, com terreno, mas, ainda que se adequasse, Sr. Secretário de Estado, há quanto tempo estava isto parado no Ministério da Educação, apesar das verbas inscritas em PIDDAC?

Por outro lado, pedia-lhe que nos recordasse e traduzisse em números mais concretos, se possível, quais os custos deste projecto em relação ao que estava inicialmente previsto. Se me permitem uma imagem, diria que o PS, em segredo, «espancou a velhinha» e agora vem perguntar aos netos se a avozinha está de boa saúde!

Mas, mais do que isso, pergunto se não está em causa uma seriedade política na gestão da rede do ensino superior. Com menos 10% de alunos nos próximos dois anos, em termos de previsão, e com a necessidade de adequar os conteúdos leccionados às necessidades de mercado, sem horror aos privados — que até é possível apoiar, à luz de alguns programas, e não sei se quer entrar por aí —, vai conseguir-se uma melhor racionalização dos dinheiros públicos, o que é uma necessidade, e pergunto se não é isto também que está aqui em jogo.

No fundo, está em cheque a lógica do PS para a expansão do ensino superior: «autarca, vai em frente! Tens aqui mais um pólo ou mais uma instalação para a tua gente!»

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Esta proliferação de cogumelos tem de dar lugar a um solo fértil de onde brote uma sociedade civil formada, informada e integrada.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Ascenso Simões, pediu a palavra para que efectue.

O Sr. Ascenso Simões (PS): — Sr. Presidente, para interpellar a Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Ascenso Simões (PS): — Sr. Presidente, queria pedir a ajuda da Mesa no sentido de fazer distribuir um conjunto de documentos que aqui tenho e que contrariam as afirmações agora feitas pelo Sr. Deputado Gonçalo Capitão. Ficaria assim resolvido o problema do Sr. Deputado Gonçalo Capitão e esclarecida a Mesa relativamente a um conjunto de *démarches* sobre a questão que estamos a tratar.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, peço-lhe o favor de fazer a sua entrega aos serviços de apoio, para que seja feita a distribuição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Estou com muita curiosidade em conhecer a resposta que o Sr. Secretário de Estado ainda possa dar nos 10 minutos que lhe restam porque aquilo que disse nos 3 minutos iniciais foi um ponto da situação, foi um histórico até há um ano ou dois e espero que chegue rapidamente à actualidade, porque é isso que está em causa.

Trata-se de um pólo com 600 alunos em instalações provisórias desde o início da sua actividade, que esteve no Orçamento do Estado em 2000 e em 2001 e foi o Orçamento rectificativo para 2002 que fez desaparecer este investimento. O que é certo é que a Câmara Municipal de Chaves foi ganha pelo PSD muito graças ao argumento da necessidade de umas instalações definitivas para o Pólo de Chaves da UTAD e, portanto, há aqui promessa por cumprir, tanto a nível central como a nível local, sendo que a UTAD, neste aspecto, é vítima da razia orçamental do Governo e, infelizmente, também é preciso dizer-lo, da não execução orçamental do governo anterior.

Está em causa o desenvolvimento integrado do interior, no que diz respeito também à fixação de populações e à aposta estratégica em áreas como o turismo e, portanto, é fundamental que se desenvolva aqui, rapidamente, uma linha de trabalho no sentido de concretizar esta importante medida, que foi, infelizmente, retirada do Orçamento do Estado pelo actual Governo. Senão, corremos o risco — e com isto termino, Sr. Presidente — de que a «velhinha ferida», que o Sr. Deputado Gonçalo Capitão referia, fique trancada no armário e que quem tenha a chave seja a Sr.^a Ministra das Finanças!

Vozes do PCP e Os Verdes: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Eulália Teixeira.

A Sr.^a Maria Eulália Teixeira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, o ensino superior agrário está a ser repensado, ao que sabemos. A Escola Superior Agrária de Viseu está também dependente do resultado deste trabalho. A região de Viseu apresenta potencialidades ao nível da vinicultura, suinicultura e avicultura, áreas em que a Escola Superior Agrária poderá dar um forte contributo. Qual é, nesta data, o ponto da situação sobre o ensino superior agrário, concretamente sobre a Escola Superior Agrária de Viseu?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Srs. Deputados, chamo a vossa atenção para o facto de que a pergunta se refere apenas à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Chaves. Portanto, tanto quanto possível, deveremos ter presente o conteúdo da pergunta.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Esta questão que nos traz aqui hoje tem dois problemas fundamentais, um que tem a ver com toda a realidade do ensino superior e da rede de ensino superior em Portugal e outro, obviamente, com a importância que tem para as regiões do interior, e especialmente para esta região de Trás-os-Montes, a existência não só da UTAD mas de outros pólos de ensino superior, neste caso o Pólo de Chaves da UTAD. Queria perguntar-lhe, Sr. Secretário de Estado, até porque hoje temos pouco tempo, se está assegurado que Chaves vai continuar a ter ensino superior e se esse ensino superior vai ser de primeira, portanto, se vai ser dignificado nesse sentido, independentemente da forma que se lhe possa dar.

Queria ainda perguntar-lhe um pouco mais do que isso: a evolução da população, em Portugal, tem um sentido que, infelizmente, é de regressão, ou seja, não podemos estar a conceber constantemente um ensino superior para cada vez mais alunos, que consiga albergar cada vez mais alunos, inaugurando novos espaços, abrindo espaços cada vez maiores, ignorando completamente que a nossa população está a diminuir. A minha pergunta, Sr. Secretário de Estado, é se, em termos gerais, há uma intenção de programação por parte do Ministério da Ciência e do Ensino Superior de ter uma rede adequada às necessidades dos cidadãos portugueses, e, por outro lado, se este Governo garante que não vai mexer nos *numerus clausus* e assim vai garantir que vai continuar a haver ensino superior no interior, porque, de outra maneira, obviamente, como sabemos, se terminasse os *numerus clausus* neste momento, à exceção de Medicina, deixava de haver ensino superior no interior e é fundamental assegurar que isso continue a existir.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Ginestal.

O Sr. Miguel Ginestal (PS): — Sr. Presidente, gostaria de começar por saudar a Sr.^a Deputada do PSD do meu círculo eleitoral que, depois de lhe ter dito que iria fazer aqui uma intervenção, quis juntar-se a este debate. É bem-vinda!

Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: a Escola Superior Agrária de Viseu está a funcionar, desde a sua criação, em 1994, em casa emprestada. Daí o sonho antigo de construir um edifício de sede própria. Para executar esta importante infra-estrutura, o Instituto Politécnico de Viseu teve necessidade de adquirir previamente um terreno, na Quinta da Alagoa, por cerca de 80 000 contos, e pagou, pela elaboração do projecto, cerca de 50 000 contos. A cabimentação da obra estava assegurada no Orçamento do Estado para 2002, com cerca de 5 milhões de euros, mas, infelizmente, este Governo eliminou essa verba. Perante o silêncio absoluto do Governo, os 570 alunos, cansados de correr «seca e Meca», não se conformam; a Direcção da Escola Superior Agrária não desiste e é bom lembrar que o presidente do Instituto Politécnico até já disse que tinha o dinheiro suficiente para arrancar com a obra, apenas necessitando da indispensável autorização do Governo.

Por isso, pergunto-lhe, Sr. Secretário de Estado, vai o Governo autorizar o arranque da construção da Escola Superior Agrária de Viseu, conforme é desejo do Instituto Politécnico e respeitando o projecto que está concretizado de acordo com as regras do Ministério e dimensionado para 600 alunos? Finalmente, como é que o Governo vai ultrapassar o impasse criado, que, ao fim e ao cabo, lança uma nuvem negra sobre o futuro desta escola?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder ao conjunto de questões colocadas e pelo período máximo de 10 minutos, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia: — Sr. Presidente, estes tempos são extremamente curtos e é difícil sintetizar todos os elementos de resposta às questões que são colocadas. Na continuação da resposta ao Sr. Deputado Ascenso Simões, vou prosseguir a explicação que estava a dar na primeira parte da intervenção que fiz.

Na verdade, o que é que vai acontecer tem a ver com o futuro, e penso que isso responderá a algumas das questões que foram aqui levantadas.

Face àquele contexto, absolutamente genérico, que referi, da recessão que há na procura do ensino superior em Portugal, que é uma consequência da recessão que existe em termos demográficos na faixa etária e que se vai prolongar até ao fim desta década, segundo as previsões, não podemos pensar que vão continuar a ser feitos todos os investimentos que, por muito legítimos que fossem em termos de aspirações, estavam previstos em planos que foram desenhados há 5 ou 10 anos, e por vezes mais. Há que gastar bem os dinheiros públicos, tendo em conta muitos factores, que não são apenas estes, que são os problemas da interioridades, a que vai voltar; há que usar como deve ser e com racionalidade os dinheiros que não são nossos, que são do contribuinte, português ou europeu, seja o que for, de qualquer maneira não são dinheiros dos nossos bolsos.

Relativamente às áreas que aqui nos interessam, diria que, em particular a área da formação de professores e a área das ciências agrárias, que aqui foi referida noutras contextos que não vinham aqui ao caso mas que aproveito para incluir nesta resposta, há claramente necessidade de rever todas as propostas e planos que existem em diversas instituições, no sentido de criar novas instalações, instalações essas que se traduzem em milhares e milhares de m²,

que correspondem a milhões e milhões de contos, para falar em unidades monetárias antigas.

Portanto, há que racionalizar a rede e os investimentos. Casos como o das ciências da educação, da formação de professores e das ciências agrárias são situações típicas que demonstram esta necessidade. Naturalmente que o Pólo de Chaves está incluído neste conjunto, na medida em que, na sequência normal daquilo que era a escola do magistério primário, é uma escola que essencialmente forma professores. E embora essa formação dos professores, que como diz o Sr. Deputado, é verdade, até preencha os *numerus clausus*, isso não significa que seja algo bom, porque o que é facto é que estes futuros licenciados não vão encontrar emprego.

O Sr. Ascenso Simões (PS): — Por isso é que é um problema!...

O Orador: — Não podemos esquecer também uma questão que já referi mais do que uma vez nesta Câmara, e que é a seguinte: os investimentos a serem feitos no ensino superior não são apenas os investimentos feitos em betão ou em edificações. O ensino superior é, pela sua natureza, um ensino avançado. Daí que tenha de ser rodeado da máxima qualidade, não apenas e principalmente em termos de instalações mas em termos de equipamentos e de pessoal docente altamente qualificado — que leva qualquer coisa como 5 a 10 anos a formar —, o que implica enormes custos para o País. Assim, as expectativas têm de ser devidamente ponderadas, porque têm de ser aproveitadas em termos do investimento humano que é feito na formação dos professores.

Isto significa, portanto, respondendo a algumas das questões que me foram colocadas, que embora o Governo tenha o máximo carinho, a máxima estima e o máximo cuidado relativamente ao ensino superior e ao papel que o ensino superior tem tido, está a ter e continuará a ter no fomento do desenvolvimento em termos de actividade e em termos de competência do interior do País (esta é uma realidade que se traduz em números e em exemplos que me dispenso agora de citar), o que acontece é que vamos ter de racionalizar muito bem todos os meios de financiamento que estão à nossa disposição nos vários sectores, para que não se dê o desenvolvimento de infra-estruturas e a criação de meios para formar pessoas que depois não encontram actividade correspondente em termos nacionais. Isto porque não podemos esquecer que uma universidade forma pessoas não apenas para a região, mas para todo o País.

A questão relativa ao *numerus clausus*, que o Sr. Deputado João Almeida referiu, é um dos exemplos que demonstra que o Governo não dispensará esse mecanismo de fixação das entradas na universidade, exactamente porque se não houvesse esse controle nos vários cursos, possivelmente, dar-se-ia, muito mais do que se está a dar, a fuga, o *brain drain* do interior para o litoral. Ora, não queremos isso, de maneira nenhuma. Pelo contrário, estamos criar estímulos para que haja fixação de competências nas várias áreas no interior do País, sendo a medicina uma delas.

Quando à questão sobre se vai ou não haver Pólo em Chaves, quero referir que ele já existe e o que há que fazer é repensá-lo. É isso que é pedido à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, ou seja, que repense o programa de formação, o programa de actividades do Pólo de Chaves, para que não surjam situações como aquela que hoje ocorre na própria Universidade de Trás-os-Montes e

Alto Douro, em que foram gastos fundos avultadíssimos nas ciências florestais, consideradas como primeira prioridade, relativamente a outras ciências como veterinária e outras ciências da área da biologia, que não foram consideradas prioritárias e que estão numa situação muito menos adequada, investimentos esses que conduziram à construção de mais de 5000 m² de área coberta, e depois não houve uma única candidatura no ano lectivo de 2002-2003.

Situações como esta não podem acontecer! Assim, exige-se uma programação feita com respeito pelas próprias regiões, que têm aspirações que são legítimas, mas que têm de compreender que essas aspirações não resultam de uma iniciativa qualquer, por muito válida que seja, tendo, sim, que ser enquadradas num todo nacional, porque aquilo que vai resultar do investimento feito é algo que vai reflectir-se no todo nacional e é algo que vai reflectir-se positiva ou negativamente na região. Daí que queiramos realçar a necessidade de racionalização do contexto do ensino superior em Portugal, nomeadamente nas áreas das ciências da educação, ou da formação de professores, e das ciências agrárias.

Quanto à questão relativa à integração que vai haver a com a Escola Superior de Enfermagem, creio que o Sr. Deputado estará a referir-se à Escola Superior de Enfermagem Timóteo Montalvão Machado, sita em Chaves (e muito bem!), área essa que, por ser prioritária, vai continuar a merecer apoios por parte do Governo, bem como por parte dos fundos do PIDDAC e do PRODEP que estão à disposição do ensino superior. Por isso, Sr. Deputado, esteja descansado que essa área vai realmente continuar a ser ampliada, porque há uma necessidade clara e reconhecida de profissionais nesse ramo. Essa escola nasceu, precisa de ser apoiada e vai continuar a ser apoiada!

No que diz respeito à pergunta sobre a valorização das universidades das zonas do interior, quero referir que, independentemente da utilização de critérios de qualidade, que têm de ser respeitados e estimulados, haverá sempre um cuidado paralelo com a preservação das instituições de ensino superior do interior, nomeadamente fomentando a qualidade e a competitividade nessas instituições, como está a acontecer em certas escolas, como o Sr. Deputado, possivelmente, saberá tão bem quanto eu.

O Sr. Deputado Gonçalo Capitão pergunta-me quanto tempo o projecto para o novo edifício do Pólo de Chaves esteve parado no Ministério da Educação. De facto, o projecto esteve parado, e a prova de que esteve parado é que realmente não foram feitos os investimentos, sendo que as verbas que estavam inscritas transitaram como saldos para 2002. Em 2002 chegou-se à conclusão de que, apesar das reduções e revisões do projecto, os custos de construção por m² eram 50% superiores aos valores de referência do Ministério. Ora, isto não pode ser! Não pode ser por essa razão e não pode ser pela outra razão que acabei de referir, que é a necessidade de racionalizar o sistema de ensino superior.

É que estes investimentos são investimentos feitos a médio e longo prazo e, portanto, há que ter um cuidado muito especial nos investimentos, que não podem ser feitos de qualquer maneira.

No que diz respeito à questão que colocou sobre a gestão da rede do ensino superior e a adequação dos conteúdos leccionados às necessidades do mercado, incluindo os privados, penso que já respondi que é justamente a adequação às necessidades do mercado...

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, terminou o seu tempo. Tem de concluir a sua resposta.

O Orador: — Com certeza, Sr. Presidente.

Julgo que respondi à questão suscitada pelo Sr. Deputado Bruno Dias no sentido de desenvolver a pergunta que foi feita inicialmente.

Quanto às questões específicas sobre Viseu, penso que irei deixá-las para outro âmbito, isto é, para um momento reservado a esse assunto, o qual merece ser tratado por si só e não como um apêndice do Pólo de Chaves.

O Sr. Ascenso Simões (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa, nos exactos termos em que está consagrada no Regimento.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Esperemos que assim seja! Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Ascenso Simões (PS): — Sr. Presidente, gostaria solicitar a V. Ex.^a que, se possível, interceda junto do Governo no sentido de entregar à Assembleia da República os dados referentes aos cursos de engenharia verde da Universidade do Porto e da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, para percebermos por que é que, depois de termos cursos de referência na UTAD, foram autorizados cursos de engenharia verde na Universidade do Porto.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, o Governo ouviu a sua pergunta e, naturalmente, dar-lhe-á a sequência que entender. Em todo o caso, o Sr. Deputado tem sempre ao seu dispor a possibilidade de dirigir ao Governo um requerimento sobre essa matéria.

Srs. Deputados, a pedido do Governo e com o acordo de todas as bancadas, vamos passar agora a uma pergunta formulada pelo Sr. Deputado Bruno Vitorino, sobre as dívidas do Governo à Federação Portuguesa de Atletismo, que será respondida pelo Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos.

Para formular a pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Vitorino.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Ainda não pagaram?!... Parece impossível!...

O Sr. Bruno Vitorino (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados: Quem não sente orgulho nos feitos de nomes como Carlos Lopes, Rosa Mota, António Leitão, Fernanda Ribeiro, Carlos Calado, Rui Silva, Carla Sacramento, entre muitos outros que eu, injustamente e por falta de tempo, aqui não referi? O orgulho de ver subir a bandeira nacional, em todo o mundo, por feitos bastantes importantes, conseguidos ao longo dos tempos pelo atletismo português.

Mas por detrás de tudo isto está, naturalmente, o trabalho de muitos, nomeadamente dos próprios atletas, dos treinadores e dirigentes, de associações e de federações. Também, ao longo de muitos anos, a Federação Portuguesa de Atletismo tem desempenhado o seu papel, e bem, na defesa e na promoção destes valores e desta modalidade desportiva.

Mas ainda hoje o atletismo e a Federação Portuguesa de Atletismo estão a ser vítimas da irresponsabilidade socialista. Senão, vejamos: em Março de 2001, realizaram-se os oitavos campeonatos do mundo de pista coberta. A organização foi entregue à Federação Portuguesa de Atle-

tismo, que aceitou depois da garantia do governo de então de um financiamento público na ordem dos 300 000 contos. Aliás, o anterior governo até incentivou a realização do evento.

É certo que o governo anterior participou no mesmo. Na festa, na entrega dos prémios, nas televisões e nos jornais, não havia fotografia onde não aparecessem. Não havia entrevista televisiva em que não estivessem para dizer: «Estamos aqui para promover o desporto, porque nos preocupa muito e porque achamos fundamental este tipo de iniciativas». Só falharam, de facto numa coisa, no assumir das suas responsabilidades. No assumir o pagamento daquilo a que se tinham comprometido. Não honraram os vossos compromissos!

Protestos do PS.

Foi vergonhosa toda esta atitude!

Em Março de 2002, um ano depois, nada tinham pago! Uma vergonha! Uma vergonha que compromete, com a vossa irresponsabilidade, o desenvolvimento do atletismo nacional.

Puseram em causa também a credibilidade de uma Federação com 75 anos de história, que assumiu compromissos financeiros porque VV. Ex.^{as} tinham, na altura, assumido um compromisso para com ela e, pela vossa falha, ficou esta Federação mal vista aos olhos de muitos fornecedores.

É uma situação que não pode, naturalmente, deixar de ter aqui a nossa frontal repreensão. Uma irresponsabilidade que hipoteca o futuro do desporto, em particular do atletismo.

Perante este cenário, a pergunta que deixo ao Sr. Secretário de Estado é a seguinte: apesar da situação difícil que herdámos e que vive actualmente o País em termos financeiros, como pensa o Sr. Secretário de Estado resolver a situação resultante desta grande irresponsabilidade — mais uma! — do anterior governo socialista.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos.

O Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos (Hermínio Loureiro): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Compreendo bem a pergunta que foi colocada pelo Sr. Deputado Bruno Vitorino, e deixem-me também dizer-vos que, infelizmente, o Campeonato do Mundo de Atletismo, que se realizou em Portugal em 2001, ainda não acabou. Ainda não acabou, e a prová-lo está a pergunta e a discussão que hoje temos em sede de plenário da Assembleia da República.

O Campeonato do Mundo de Atletismo de Pista Coberta é o tipo de evento que podemos caracterizar como um evento desportivo tipicamente socialista. Ou seja, em 1998 foi dada a Portugal a oportunidade de organizar um campeonato do mundo, que se realizou em 2001; estamos em 2002 e ainda temos por resolver este problema.

Em Novembro de 1998 foi com certeza uma grande alegria que tiveram a Federação Portuguesa de Atletismo e também o governo ao ver surgir da oportunidade de realizar em Portugal um evento desportivo que é, nem mais nem menos, a segunda prova mais importante do calendário internacional: o Campeonato do Mundo de Pista Coberta. Mas

em 1998 tudo era facilitismo, tudo era fácil. Era preciso fazer, era preciso organizar festas. Mas agora temos aqui o reverso da medalha, ou seja, é preciso pagar a festa.

Por isso, em Janeiro de 2001, o governo de então aprovou o financiamento para este Campeonato do Mundo, repito, aprovou o financiamento.

A situação que se coloca é que em Março de 2001 se realizaram estes mesmos campeonatos, campeonatos que tiveram um excepcional sucesso organizativo, óptimas condições, equipamentos do mais moderno que existe para o atletismo e também resultados desportivos assinaláveis, e não podemos deixar de referir as medalhas do Rui Silva e do Carlos Calado.

Mas o problema que se coloca neste momento é que falta, e faltou na altura, o assumir de um compromisso que estava escrito, ou seja, o assumir por parte da administração pública central de parte do financiamento do campeonato do mundo.

O Sr. Deputado pergunta-me: «Então, o que é que foi feito?» Quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que este Governo tomou posse em 8 de Abril de 2002 e, logo em 10 de Abril, recebi uma carta da Federação Portuguesa de Atletismo em que ela demonstrava as suas preocupações e as suas apreensões. Obviamente, solicitei imediatamente informações ao Instituto Nacional do Desporto, tendo-me sido dito que existiam contactos com o ICEP. De seguida, encetei algumas diligências junto da Secretaria de Estado do Turismo, do Ministério da Economia e mesmo do ICEP no sentido de saber o que se passava e foi-me dito que não existia nada, que existiram uns contactos verbais, umas conversas telefónicas...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Secretário de Estado, terminou o seu tempo.

Chamo-lhe, no entanto, a atenção para o facto de, no final, ainda dispor de 10 minutos para responder ao conjunto dos pedidos de esclarecimento adicionais que lhe vão ser colocados.

O Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Permita-me apenas que, em cinco segundos, diga ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida que tudo aquilo que estava ao nosso alcance foi feito. Fizemos diligências para sabermos qual era concreta e objectivamente o ponto da situação e, obviamente, também temos o compromisso com a Federação Portuguesa de Atletismo de ultrapassarmos e resolvirmos este difícil problema.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Vitorino.

O Sr. Bruno Vitorino (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos, como é natural, quero manifestar a satisfação do Grupo Parlamentar do PSD pelo facto de V. Ex.^a, primeiro, acompanhar e estar bastante preocupado com a situação e, depois, ter dado já aqui pistas no sentido da sua breve resolução.

Mas quero também dizer aqui uma coisa: depois da atitude aqui demonstrada por alguns Deputados do Partido Socialista, resolvendo interromper-me por diversas vezes no meio da minha intervenção, duvidando de algo que

terei dito, quero anunciar que o PSD vai requerer, com carácter de urgência, a presença na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, que tem, como sabem, também a responsabilidade do desporto, do Sr. Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo, onde teremos oportunidade de esclarecer tudo aquilo que tiver de ser esclarecido, porque julgo que a vossa irresponsabilidade não pode, de facto, passar impune.

Espero que alguns dos responsáveis, que têm nome, que têm rosto e que até estão nesta Sala hoje, tenham oportunidade de falar aqui no tempo de que dispõem a seguir precisamente para justificarem aquilo que a nós nos parece injustificável mas que estaremos dispostos, naturalmente, a ouvir.

Protestos do PS.

O que os senhores fizeram ao desporto em Portugal, a trapalhada de mudanças constantes de titulares na pasta, a falta de estratégia e de visão para o desporto e esta vossa total irresponsabilidade nesta matéria específica, tal como em muitas outras no que diz respeito ao desporto, não pode, de facto, passar impune e tem de ser esclarecida, para que todos fiquem conscientes daquilo que foi ou não foi feito e de tudo o que foi destruído ao longo dos últimos seis anos da vossa irresponsabilidade governativa.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos, quem colocou a pergunta ao Governo, que foi o Sr. Deputado Bruno Vitorino, referiu que há compromissos que não foram assumidos pelo anterior governo e que é agora, quase dois anos mais tarde, que estas verbas são regularizadas.

Ora bem, há um factor de preocupação, que tem a ver com as legítimas expectativas que as federações do desporto devem ter em relação ao dinheiro, mas há também uma outra preocupação, que não se pode deixar de referir, já que fala nesta matéria, que tem a ver com a grande diminuição de verbas que as federações passam a ter, em sede de Orçamento do Estado, para os seus contratos-programa.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Portanto, há aqui indicações preocupantes que não transmitem aos dirigentes destas modalidades e destas federações grande confiança para o futuro.

Por outro lado, penso que, quando falamos de eventos internacionais desta envergadura, com o esforço organizativo e, inclusivamente, orçamental e financeiro, com a alocação de recursos humanos, técnicos, etc., quase podemos dizer que estamos perante uma tentativa de fazer um brilhante internacional sem termos, muitas das vezes, resultados concretos na prática desportiva nacional. E este é que é o grande problema, Sr. Secretário de Estado! É que nós somos o país da Europa com menos prática desportiva na população e a democratização do desporto está constantemente a ser posta em causa, nomeadamente quando os recursos financeiros necessários para a concre-

tização deste objectivo são desviados para esses tais «brilharetos».

Naturalmente que é preciso que haja projecção nacional, que haja prestígio e até que haja oportunidades de afirmação dos desportistas portugueses de alta competição, mas — e com isto termino, Sr. Presidente — também é fundamental que se tirem lições, que se tirem conclusões, do grande esforço que nestas matérias é feito e dos resultados a que, depois, se chega.

Nos próximos campeonatos e nos próximos eventos, Sr. Secretário de Estado, muito há a fazer para que haja uma tradução real naquilo que é a democratização do desporto no nosso país.

Vozes do PCP e de Os Verdes: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado José Lello.

O Sr. José Lello (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, em relação às considerações do Sr. Deputado Bruno Vitorino sobre as questões politiqueiras não me irei debruçar....

A Sr.^a Maria Celeste Correia (PS): — É melhor!

O Orador: — ... ressalto apenas que ele disse que havia uma garantia do governo de pagar 300 000 contos...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Está a debruçar-se!

O Orador: — O Sr. Deputado quer que eu fale ou não?

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Faça a pergunta, não gaste o tempo assim!

O Orador: — Estava eu a dizer que ele disse que havia a garantia de 300 000 contos para essa organização.

Diviso que, porventura, o Sr. Secretário de Estado também não conhece bem o problema, pelo que já depreendi, e digo-lhe, porque era o responsável na altura, que, dois meses antes desse evento, recebi o presidente da Federação Portuguesa de Atletismo, que me apresentou um rol de responsabilidades financeiras a assumir, que tinha numa coluna 700 000 contos de despesa a serem assumidos pelo Estado e noutra coluna 9000 contos de despesa de bilheteira, isto sem contar com os *sponsors* internacionais, que seriam da responsabilidade da Federação Internacional de Atletismo.

Ou seja, no orçamento do Ministério da Juventude e do Desporto estavam inscritos 500 000 contos para todos os eventos internacionais e, como não poderíamos pôr em causa, designadamente, o campeonato do mundo de ciclismo e outros, haveria que gerir isso convenientemente.

Quero dizer-lhe que esses 700 000 contos sem cobertura de receita integravam o custo de uma pista desmontável, com um custo de cerca de 250 000 contos, que foram pagos na circunstância pelo Estado. Porque é que não foram buscar a pista desmontável de Espinho?

O Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos: — O senhor é que era Ministro!

O Orador: — Ah! Porque aquela tinha cores sépias, mais adequadas à televisão. E, assim, o Estado pagou cerca

de 400 000 contos... Essa pista ainda hoje está armazena-
da e há uma carta....

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O senhor não sabe nada disto!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, tem de terminar, porque o seu tempo chegou ao fim.

O Orador: — Sr. Presidente, estiveram a interromper-me constantemente...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — O Sr. Deputado não devia ter permitido. Agradeço que termine o seu raciocínio, para podermos prosseguir.

O Orador: — Sr. Presidente, então, terminarei dizendo que houve uma carta minha ao Sr. Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo dizendo que tudo tentaria fazer no sentido de, dada a visibilidade deste campeonato, tentar inscrever numa candidatura ao POE essa verba remanescente dos 300 000 contos, para que, por outras vias que não pelo orçamento, porque aí não existia disponibilidade, ela chegassem à federação. Ora, a candidatura não foi aceite, porque não teve acolhimento no POE, e, naturalmente....

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — ... não há qualquer contrato-programa assinado em dívida em relação a esta matéria.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, quando o Sr. Deputado José Lello se inscreveu pensei que fosse para dizer que ia pagar a conta.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

Aplausos do Deputado do PSD João Moura de Sá.

Protestos do PS.

O Orador: — Isso ficava-lhe bem, mas, afinal, não foi para isso.

Sr. Secretário de Estado, o Sr. Deputado José Lello ainda agora disse que eu não percebia nada disto, mas vou tentar dizer qualquer coisa simpática uma vez que não percebo. Já sabia que o Sr. Deputado José Lello era do Boavista, mas, pelos vistos, também é de Olhão; ele é que sabe tudo e mais ninguém sabe nada.

A Sr.^a Maria Santos (PS): — Sr. Deputado, tenha termos!

O Orador: — Portanto, em apoio à proposta feita pelo Sr. Deputado Bruno Vitorino, quero informar que o CDS-

-PP vai requerer a presença do Sr. Ex-Ministro José Lello na Comissão de Educação, Ciência e Cultura para ele aí explicar serenamente e com tempo tudo aquilo que disse que não teve tempo de explicar aqui, porque simulou interrupções exactamente para deixar passar o tempo.

Mas, mais importante do que isso, quero também saudar quem está presente, o Sr. Presidente e demais elementos da Federação Portuguesa de Atletismo, porque, de facto, se trata de uma instituição com muito mérito no nosso país, que tem desenvolvido um trabalho extraordinário na formação e preparação de atletas e que tem conseguido, tanto ao nível da prática desportiva como ao nível dos resultados que conseguem em provas internacionais, dar nome ao País e que Portugal, através do atletismo, seja promovido.

Em relação ao evento em causa, devo dizer que foi um dos muitos que os governos socialistas promoveram. A questão é esta: há que cumprir uma responsabilidade para com uma instituição séria e que tem de continuar a manter o nome sério que tem, porque o nome da Federação Portuguesa de Atletismo não pode ser posto em causa por compromissos assumidos pelo Estado e que o próprio Estado, depois, não cumpre.

Quero dizer-lhe, Sr. Secretário de Estado, falando exactamente de atletismo, que o Governo socialista foi uma espécie de Francis Obikwelu, ou seja, organizou a prova mas rapidamente, em 100m, se «põe a mexer». Quero perguntar-lhe se a actual secretaria de Estado tem mais uma postura de Fernanda Ribeira, de corredora de fundo, para conseguir resolver estes problemas, ser séria, ter serenidade e, no fim, conseguir subir ao pódio.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. José Lello (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para defender a honra da bancada.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Mas a direcção da bancada não se sente ofendida!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Da bancada não, porque o Sr. Deputado não pertence à sua direcção; quando muito será para defesa da honra pessoal.

O Sr. José Lello (PS): — Sr. Presidente, quando dizem que um Deputado do PS simula interrupções, toda a bancada do PS se sente ofendida!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, mas, como sabe, nos termos do Regimento, a defesa da honra da bancada tem de ser exercida pela sua direcção. Mas eu dar-lhe-ei a palavra para defesa da honra pessoal, que, nos termos regimentais, será no final da pergunta.

O Sr. José Lello (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos.

O Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos: — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer as questões que me foram colocadas.

Começo por responder ao Sr. Deputado do Partido Socialista José Lello, que aqui usou de alguma ousadia ao dizer que eu não conhecia bem o problema, de uma forma

muito directa e frontal. Sr. Deputado José Lello, já agora, relembo-lhe um contrato-programa de desenvolvimento desportivo homologado por V. Ex.^a, que tem como objectivo fundamental a compra da pista de atletismo. O Sr. Deputado, no minuto que teve para usar da palavra sobre esta matéria, disse que existia uma pista em Espinho. Ora, se o senhor sabia que existia uma pista em Espinho e assina um contrato-programa para compra de outra pista e está a tentar aligeirar responsabilidades sobre essa matéria...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador: — Sr. Deputado, o contrato-programa está assinado e até já está pago e V. Ex.^a assume claramente que há necessidade da compra da pista para a realização do Campeonato do Mundo de Atletismo quando homologa um contrato-programa!

Sei que há uma pista em Espinho, mas também sei que há milhares de praticantes de atletismo que, devido a situações de dificuldade na zona centro e na zona sul do País, têm também dificuldades no exercício dos seus treinos desportivos.

Sr. Deputado José Lello, quero também dizer-lhe que nunca mandarei nenhum atleta português ir treinar para fora do País...

Protestos do Deputado do PS José Lello.

... e nunca direi que o desporto é cá fora e não dentro dos pavilhões, porque não há desporto ao ar livre e desporto *indoor*, como o Sr. Deputado bem sabe.

O contrato encontra-se homologado pelo Sr. Deputado José Lello, na altura Ministro da Juventude e do Desporto.

Quero também dizer aos Srs. Deputados Bruno Vitorino e João Pinho de Almeida que também estou totalmente disponível para vir à Comissão prestar os esclarecimentos que forem necessários, porque nestas matérias «a culpa não pode morrer solteira».

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Portanto, a minha total disponibilidade para esclarecer e, mais do que esclarecer, conforme eu já disse, para resolver o problema. O importante é resolver o problema, porque foi criada uma situação extremamente difícil à Federação Portuguesa de Atletismo para o desenvolvimento desta modalidade que tantos títulos e tanto orgulho tem dado a todos — registo, a todos — os portugueses.

Gostava ainda de dizer-vos o seguinte: a política de grandes eventos desportivos alterou-se completamente com o XV Governo Constitucional, porque nós temos de saber se temos ou não condições para organizar esses grandes eventos desportivos, temos de fazer um trabalho de preparação e de planeamento e saber como é que eles vão terminar, porque não é só fazer a festa, não é só organizar, não é só termos uns momentos de grande satisfação e de grande protagonismo na altura da realização, temos também de saber como é que, depois, terminam, se há ou não mais prática desportiva no nosso país, como o Sr. Deputado Bruno Dias bem perguntou.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Está a referir-se à sua estadia na Coreia e no Japão?

O Sr. José Saraiva (PS): — Coreia, Japão e Paris!

O Orador: — Sr. Presidente, não sei se os Srs. Deputados do Partido Socialista se querem inscrever. Não sei se o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira e o Sr. Deputado José Saraiva se querem inscrever.

Protestos do PS.

Quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que a política de grandes eventos desportivos tem de passar, na minha óptica, por quatro pontos de vista: o retorno dos investimentos realizados, com mais prática desportiva (o Sr. Deputado Bruno Dias tem toda a razão, pois os grandes eventos desportivos realizados no nosso país têm de proporcionar mais praticantes desportivos nessas modalidades); a remodelação e a construção de novas infra-estruturas desportivas, permitindo a modernização das infra-estruturas desportivas; a aquisição de meios técnicos que permitam estarmos adequados às novas realidades e que os nossos atletas tenham melhores condições para os seus treinos.

Infelizmente, o que é que aconteceu com o Campeonato do Mundo de Atletismo de Pista Coberta de 2001? Obviamente, já referi as questões positivas, pois demonstrámos mais uma vez estarmos à altura de realizar grandes eventos desportivos no nosso país, tivemos excelentes resultados desportivos, com as medalhas do Rui Silva e do Carlos Calado, demonstrámos ao mundo que éramos e somos capazes de organizar, e bem, um evento desportivo, mas agora, neste momento, qual é o saldo? O financiamento não foi cumprido, falta pagar ainda uma parte daquilo que foi o projecto de financiamento anunciado e discutido com a Federação e com o Instituto Nacional do Desporto e criámos não um problema mas vários à Federação Portuguesa de Atletismo, às associações distritais e aos atletas, pois foram cancelados *meetings* de atletismo e houve provas de atletismo que não se realizaram por dificuldades financeiras.

Tenho recebido as associações de atletismo de norte a sul do País e elas próprias têm manifestado essa apreensão, assim como os clubes. Mas, mais do que isso, há uma pista de atletismo que continua armazenada nuns caixotes, em Sacavém. Porquê? Repito, o Campeonato do Mundo de Atletismo realizou-se em Março de 2001, este Governo tomou posse em Abril de 2002 e nada foi feito para que a pista fosse colocada à disposição dos atletas.

Aliás, posso anunciar aqui que o Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Sr. Pedro Feist, o Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior, Dr. Pedro Lynce, e a própria Federação Portuguesa de Atletismo estão já a encontrar um solução para isso e ainda ontem houve uma reunião para ver da possibilidade de colocar a pista à disposição dos atletas no Estádio Universitário. É a isto que se chama resolver os problemas, essa é que tem a nossa preocupação e essa é que tem de ser a nossa motivação.

Relativamente ao projecto de financiamento, para que não fique nenhuma dúvida em nenhum dos Srs. Deputados — e já percebi que vão existir condições para esclarecer tudo aquilo que tiver de ser esclarecido nesta matéria —, devo dizer que ele se dividia em duas vertentes: uma que era garantida pelo IND e outra que era garantida pelo ICEP, mas aquilo de que a Federação Portuguesa de Atle-

tismo teve conhecimento sobre esta matéria era que estava assegurado institucionalmente o projecto de financiamento. Ora, ponham-se no lugar de uma federação com a garantia do Governo de, institucionalmente, estar assegurado o financiamento: partiu do pressuposto de que podia organizar e organizou com sucesso o Campeonato do Mundo de 2001. Isto é aquilo que não pode acontecer nos eventos desportivos no nosso país!

Na pergunta a que vou responder em seguida vou mostrar a diferença entre como é que se pode organizar um campeonato do mundo de uma forma rigorosa, onde se sabe aquilo que se tem à partida e onde se sabe aquilo que vamos ter à chegada, e esta, sim, terá de ser a política dos grandes eventos internacionais.

Não podemos querer ser colecionadores de eventos internacionais, dizendo «eu, no meu mandato, fiz 20 eventos internacionais», se isso não se traduzir numa melhor ou maior prática desportiva. Aí digo que, se calhar, não vale a pena organizar eventos internacionais. Posso dizer que, neste oito meses de exercício do meu mandato, eu próprio, em conversas com as federações respectivas, já recusei a organização de eventos desportivos no nosso país. Mas temos é de falar uma linguagem de verdade! Se não temos condições, não fazemos! Não vale a pena vivermos num mundo de ilusão! Isso é que não, porque traz graves, gravíssimos, problemas à nossa federações, ao nosso movimento associativo.

O Sr. Deputado Bruno Dias colocou a questão da redução de verbas no financiamento ao desporto em Portugal e queria aproveitar esta ocasião para registar a total solidariedade que tenho tido do movimento associativo. Sei que isso tem causado grande estranheza e perplexidade a algumas pessoas de alguns partidos políticos. Registo que o seu caso não é esse, mas há muitos políticos que andam muito preocupados por que é que o movimento associativo tem sido solidário. Sabem porquê? Porque se fala uma linguagem de verdade e não se esconde nada às pessoas! Dizemos: «Não há condições! Não podemos!» Não podemos viver num mundo de ilusão, porque, infelizmente, esse mundo de ilusão nos seis anos de governação socialista trouxe graves problemas ao desenvolvimento de desporto em Portugal.

Tenho manifestado a minha total compreensão com estes dirigentes desportivos porque também sou exigente e também gostaria de fazer mais, mas com certeza que este trabalho de legislatura vai trazer os seus frutos.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Gaba-te cesto!...

O Orador: — Registo também que durante os anteriores governos houve uma grande instabilidade na pasta do desporto que em nada ajudou ao desenvolvimento do nosso desporto. Os ministros trocavam com muita frequência...

O Sr. José Magalhães (PS): — Agora, vamos ver!

O Orador: — ... e, portanto, aquilo que eu espero é que se possa fazer um trabalho de legislatura e, então, no fim, como o Sr. Deputado diz que «agora é que vamos ver», veremos, ao fim de quatro anos. Aí o senhor saberá avaliar o que é que foi feito e o que é que não foi feito.

O Sr. José Magalhães (PS): — Também vamos ver!

O Orador: — Esta instabilidade permanente, esta constante troca de titulares da pasta do Desporto no governo é

que em nada ajudou o desenvolvimento da prática desportiva em Portugal!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para defesa da sua honra, tem a palavra o Sr. Deputado José Lello.

O Sr. José Lello (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado João Pinho de Almeida disse que simulei interrupções na tentativa de conseguir mais tempo disponível para a minha intervenção. O Sr. Deputado João Pinho de Almeida é um Deputado jovem, impetuoso e irreverente e, por isso, estou certo que de modo algum me queria ferir na minha dignidade, estou certo que ele jamais pensaria que eu utilizaria esse tipo de simulações para conseguir qualquer «truque» que permitisse ter qualquer tipo de intervenção. Assim, farei esta defesa da honra interpretando eu próprio o sentimento ou a ideia do Sr. Deputado, que conheço.

Quero dizer-lhe nesta circunstância que tenho muito gosto em ir à Comissão para debater estas questões, porque aí, porventura, olhos nos olhos, é sempre mais fácil do que com a utilização de «bengalas» e artifícios de política parlamentar e aí terei também oportunidade de inquirir por que é que depois do Orçamento rectificativo para 2002, de Maio, e com este Orçamento para 2003 ainda não se pagou a dívida...

Vozes do PSD: — Ah! Existe dívida!

O Orador: — ... que de facto formalmente não existe, dado que, na circunstância, o Estado despendeu 400 000 contos, no conjunto.

Portanto, Sr. Deputado João Pinho de Almeida, considero que, porventura, terá tido um excesso de retórica e não me considero ofendido.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Então, Sr. Deputado, se não se considera ofendido, não devia ter pedido a palavra ao abrigo dessa figura regimental.

O Sr. José Lello (PS): — Sr. Presidente, esta é a minha interpretação!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, tem a palavra para dar explicações.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, pelo menos está esclarecido que não se tratou de uma defesa da honra, mas tenho muito gosto em dizer qualquer coisa ao Sr. Deputado José Lello.

Quanto a simulações, estamos a discutir matéria desportiva e é preciso ter algum *fair play*. Agora, o Sr. Deputado até teve algum, mas estamos no fim do jogo e obviamente que a interpretação dos lances do jogo é aquela que cada uma das partes faz. Posso entender que V. Ex.^a simulou e V. Ex.^a entende que não... Durante a minha intervenção, V. Ex.^a disse que eu não percebia nada disto e também creio que, manifestamente, se excedeu e devia ter sido admoestado com um cartão amarelo, mas teve sorte e não o viu. Acho que simulou o penalti e o árbitro também não o marcou e, portanto, estamos entendidos, conversaremos na Comissão.

Fomos nós que propusemos que o senhor fosse à Comissão e, portanto, temos todo o interesse em ouvi-lo e

em que o Sr. Deputado nos esclareça. Pelo menos, já esclareceu uma coisa que é fundamental: pelos vistos, há dívida, formal ou não, mas há alguma coisa para pagar e, uma vez que estamos ao abrigo da figura regimental de defesa da honra, o que é importante em termos de honra é que, quando há alguma coisa para pagar, ela se pague.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Com *fair play*, vamos passar à pergunta seguinte, também dirigida ao Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos, sobre o plano de acção para o Campeonato do Mundo de Andebol a realizar em Portugal no início de 2003, que será formulada pelo Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: Com esta pergunta, o Grupo Parlamentar do CDS-PP, com muito gosto, traz aqui mais um grande evento internacional e que fique claro que o este grupo parlamentar não tem nada contra o facto de Portugal organizar eventos de grande importância e promoção a nível internacional. A questão é que nisto, como noutras áreas, é preciso que haja programação, é preciso que haja ponderação e, obviamente, é preciso prever que certos e determinados eventos têm de ter uma consequência prática determinada e, do ponto de vista desportivo, não podem condicionar o investimento que se tem de fazer em muitas outras áreas do desporto.

Nos últimos anos, tivemos o Campeonato de Atletismo de Pista Coberta, que ainda agora debatemos, e o Campeonato do Mundo de Ciclismo; nos próximos tempos, teremos o Campeonato do Mundo de Andebol, o Campeonato Europeu de Futebol de 2004 e, já no próximo ano, teremos o Campeonato Europeu de Futebol de Sub-17.

Na verdade, tivemos ainda outro evento, mas aí as coisas correram mal. O PS, enquanto foi governo, quis organizar tantos eventos em termos internacionais, do ponto de vista desportivo, que num as coisas teriam de correr mal. Se se lembram, aliás, a primeira demonstração popular contra o governo do PS aconteceu num desses eventos, no Master de Ténis, em que, na altura, o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Presidente da Câmara de Lisboa foram apupados pelo público que eles próprios tinham querido trazer àquele grande evento para mais uma vez irem entregar a taça e fazerem um brilhante. Só que já eram tantos os erros que não foi possível fazerem mais esse brilhante...

Queria ainda saudar os Srs. Dirigentes da Federação Portuguesa de Andebol e dar-lhes os parabéns. Já uma vez esta Assembleia aprovou, por unanimidade, um voto de louvor acerca do Campeonato do Mundo de Andebol e, assim, queria saudar esta Federação por essa iniciativa e perguntar ao Sr. Secretário de Estado como é que vai ser organizado o Campeonato do Mundo de Andebol e se há ou não iniciativas de acompanhamento, não só do ponto de vista desportivo — quanto a isso já lá vamos!

À parte do fenómeno desportivo, profissional, que é o Campeonato do Mundo, pergunto se há outros eventos previstos, se há programação financeira, se há um estudo do seu impacto do ponto de vista da juventude, principalmente dos jovens praticantes de andebol, que é a segunda modalidade em termos nacionais.

É importante que se fomente essa prática e o que queremos saber é se esta organização, em termos internacio-

nais, apesar de haver pouco tempo de exercício deste Governo, vai conseguir marcar a diferença e fazer com que o Campeonato do Mundo de Andebol seja diferente de outros eventos desportivos que passaram ao largo apesar de, obviamente, terem tido impacto na comunicação social mas que para o desporto português trouxeram muito pouco acréscimo.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos.

O Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos: — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Pinho de Almeida, muito obrigado pelas questões que me coloca.

O Campeonato do Mundo de Andebol de 2003 pode bem servir de exemplo quanto à diferença que existe na programação dos eventos desportivos internacionais. Gostaria de lhe dizer que tive todo o gosto em homologar um contrato-programa com a Federação Portuguesa de Andebol em 2 de Agosto de 2002 e também que o Governo está em condições de dizer que o vamos cumprir, ou seja, a nossa homologação dá a garantia clara à Federação de Andebol que vai ser cumprido. Portanto, quanto àquilo a que nos comprometemos relativamente à organização deste Campeonato do Mundo, posso tranquilizar o Sr. Presidente da Comissão Organizadora e o Sr. Presidente da Federação de que não vão ter problemas porque sabemos fazer as contas e quando assinamos os contratos-programa sabemos se temos ou não condições financeiras para os cumprir.

E aqui está uma grande diferença: não se trata de organizar apenas por organizar, mas organizar sabendo se temos ou não as condições para o sucesso deste campeonato do mundo.

Quero dizer também que este campeonato do mundo vai ser um sucesso. Vai sê-lo, porque a comissão organizadora tem feito um trabalho notável, tem acompanhado, a par e passo, pavilhão a pavilhão, tudo aquilo que se passa. Vai decorrer de Norte a Sul de Portugal, nas regiões autónomas, no interior e no litoral. Portanto, trata-se de uma grande diferença relativamente ao que se costuma passar com eventos desportivos.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Cidades como Lisboa, Rio Maior, Póvoa do Varzim, Caminha, São João da Madeira, Viseu, Madeira,...

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — A Madeira é uma cidade?!

O Orador: — ... Guimarães e Espinho vão receber o Campeonato do Mundo de Andebol de 2003.

Quero ainda dizer-lhe, Sr. Deputado João Pinho de Almeida, que também do ponto de vista turístico este campeonato já tem sucesso garantido. As unidades hoteleiras de Viseu estão esgotadas, bem como todas as circundantes aos locais onde se realiza aquele campeonato.

Possso também dizer-lhe, por exemplo, que a cidade de Guimarães está a fazer uma aposta estratégica na vizinha Galiza, por forma a atrair os nossos vizinhos espanhóis a assistirem ao campeonato.

Também em Viseu, por exemplo, já está esgotada a lotação do pavilhão para os dois jogos de Portugal.

O Sr. José Saraiva (PS): — Já há bilhetes à venda?

O Orador: — Tem havido uma envolvência muito grande de toda a comunidade e das escolas.

A Federação de Andebol de Portugal e a comissão organizadora têm feito um trabalho excepcional ao nível da sensibilização e da mobilização de todos...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Secretário de Estado, o seu tempo chegou ao fim.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente. Mais tarde terei oportunidade de esclarecer os Srs. Deputados José Saraiva e Joel Hasse Ferreira, que estão muito preocupados com o sucesso do Campeonato do Mundo de Andebol de 2003.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos, em primeiro lugar, quero saudá-lo pela intervenção que proferiu, de clarificação da realidade desportiva do andebol em Portugal, que, tal como já foi dito, é uma modalidade muito importante no panorama desportivo nacional.

No início desta época desportiva, houve um conflito institucional entre a Federação de Andebol de Portugal, cujos membros se encontram presentes a assistir aos nossos trabalhos, e a Liga Profissional de Andebol. Obviamente, é fundamental para o sucesso da seleção portuguesa neste mesmo campeonato — isso também nos deve preocupar — que, com a intervenção de todos, esse problema esteja sanado, que haja um consenso que permita que os nossos atletas, que neste momento estão em estágio, estejam a competir ao mais alto nível e que estejam preparados para enfrentar esse desafio.

Também quero lançar daqui um abraço à Seleção Nacional de Andebol, que esta Assembleia espera, com certeza, tenha uma participação tão positiva quanto possível.

A mascote do Campeonato do Mundo de Andebol de 2003 chama-se «Utopias», também numa alusão à possibilidade de Portugal vencer esta prova. Certamente é muito difícil consegui-lo, mas o andebol português tem evoluído muito nos últimos anos. Há uns anos seria impossível sequer pensar que conseguíramos organizar um campeonato do mundo de andebol e que competiríamos a sério com a nossa Seleção, mas neste momento conseguimo-lo.

Mas, Sr. Secretário de Estado, queria perguntar-lhe, porque é muito importante para nós, sobre a participação da juventude nesta realidade do Campeonato do Mundo de Andebol. Sei que vão ser organizados um Mundialito e um Mundialinho: no Mundialinho participarão crianças com idades compreendidas entre os 8 e os 13 anos — é muito importante porque estão em idade de decidir por que desporto é que vão optar e é importante que se diversifique a oferta de modalidades, neste caso o andebol — e no Mundialito participarão seleções de sub-16.

Estes dois eventos vão ter a participação dos jovens e vão, obviamente, aumentar a dimensão deste Campeonato do Mundo de Andebol, que não é só uma competição de atletas profissionais, é muito mais do que isso, é uma gran-

de manifestação desportiva e um grande apelo à prática desportiva.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, é para ajudar na condução dos trabalhos...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, para que efeito pede a palavra?

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, o meu nome foi mencionado...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para que efeito pede a palavra, Sr. Deputado?

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sobre que aspecto da condução dos trabalhos?

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, sobre a menção que o Sr. Secretário de Estado fez ao meu nome...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, essa razão não tem a ver com a condução dos trabalhos. Peço desculpa, mas não posso dar-lhe a palavra.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, eu só queria...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, não lhe concedo a palavra. O Sr. Deputado não pretende, manifestamente, intervir sobre a condução dos trabalhos, e temos um longo trabalho à nossa frente.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, os trabalhos estão quase a acabar.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Isso é que não estão!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Não estão, Sr. Deputado. E é a Mesa que dirige os trabalhos!

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, queria esclarecer o Sr. Secretário de Estado de Juventude e Desportos, que me mencionou de uma maneira irregular, pelo que recorro da decisão de V. Ex.^a de não me dar a palavra.

O Sr. José Magalhães (PS): — Todas as decisões são recorríveis!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — O que Sr. Deputado pretende é recorrer da decisão da Mesa?

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Então, vamos votar...

O Sr. José Magalhães (PS): — E não vamos discutir o recurso?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Não, Sr. Deputado. Trata-se de um requerimento, pelo que o Sr. Deputado que o apresentou pode usar da palavra por 2 minutos.

O Sr. José Magalhães (PS): — É isso, exactamente!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra, Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, eu só queria ajudar à condução dos trabalhos, na medida em que, dada a importância deste assunto, queria poder confirmar ao Sr. Secretário de Estado Hermínio Loureiro o meu interesse em que o Campeonato do Mundo de Andebol corra bem, congratular-me com o esforço da Câmara Municipal de Guimarães e de outros municípios neste domínio e também pedir-lhe que clarifique onde fica a cidade da Madeira, porque falou de várias cidades e, certamente por lapso, referiu a da Madeira.

Era só isto que eu pretendia fazer.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Srs. Deputados, vamos pôr à votação o recurso, apresentado pelo Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira, da decisão da Mesa de não lhe dar a palavra.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD do CDS-PP, do PCP, do BE e de Os Verdes e votos a favor do PS.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, é precisamente para interpelar a Mesa sobre a condução dos trabalhos, à luz do que acabou de acontecer no Plenário.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, apenas quero dizer que os nossos trabalhos vão tornar-se um inferno se houver recurso para o Plenário sempre que o Sr. Presidente da Assembleia da República considerar que não deve conceder a palavra a um Deputado para uma interpelação à Mesa por esta não ter a ver, manifestamente, com a condução dos trabalhos.

Vozes do PCP, do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Registo a declaração do Sr. Deputado.

Srs. Deputados, vamos prosseguir com a sessão de perguntas ao Governo.

Para pedir esclarecimentos adicionais ao Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos, nas respostas que deu às duas últimas perguntas que lhe foram colocadas disse que foi tomada a opção de ter em conta o risco de haver um investimento muito avultado e um esforço muito grande para este tipo de eventos e, inclusivamente, que já chegou a recusar propostas para a realização de eventos destes em Portugal, por forma a viabilizar um investimento real nos objectivos da prática desportiva nacional.

Registo, Sr. Secretário de Estado, que a primeira vertente do seu objectivo está cumprida, mas falta cumprir a segunda. Portanto, já foram recusados eventos, mas agora falta proceder a um investimento real na prática desportiva do País.

Ora bem, é essa a vertente que eu gostava de sublinhar, tendo em conta, ainda sobre esta matéria que estamos a discutir (o Campeonato do Mundo de Andebol, a realizar no ano que vem), que há aspectos organizativos de grande complexidade, relativamente aos quais gostaria que o Sr. Secretário de Estado pudesse aprofundar um pouco a sua informação.

Ficámos a conhecer alguns aspectos, nomeadamente quais as cidades que vão participar. Sobre as cidades e os locais o Sr. Secretário de Estado falou no litoral e no interior, mas eu sugeria que corrigisse o que disse para litoral e Viseu. Verifica-se, pois, uma pequena *nuance* da tendência que existe em relação a este tipo de eventos, que é, efectivamente, a de ocorrer uma «litoralização» e de o interior ficar à margem dos mesmos. Neste evento há uma tendência para corrigir isso, mas é fundamental que exista um equilíbrio maior.

Mas, na prática desportiva,...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, o seu tempo chegou ao fim.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Laurentino Dias.

O Sr. Laurentino Dias (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos, começo por cumprimentá-lo e, já que estamos a falar de andebol, saúdo publicamente a sua intervenção aquando de um recente conflito entre duas instâncias máximas do andebol português pelo resultado positivo que a mesma teve, visto que o conflito se resolveu e a calma voltou a essa modalidade.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — A esse propósito, gostaria de fazer uma referência comparativa entre aquilo que foi a nossa intervenção na Comissão de Educação Ciência e Cultura e uma sugestão, já hoje aqui acolhida por Deputados do PSD e do CDS-PP, no sentido de se proceder a uma diligência no âmbito de pergunta formulada nessa mesma Comissão.

Vamos ver se nos entendemos: é bom que quando falamos de atletismo e de andebol tenhamos consciência de

que falamos de coisas sérias e é bom que tenhamos posições sérias, dignas e prudentes quando abordamos este tipo de questões.

Hoje até estamos numa sessão especial, à qual assistem convidados VIP, que também quero saudar em nome do PS. É bom que aqui venham muitas vezes, não só quando se discutem situações VIP, mas também outras questões respeitantes às vossas modalidades, e também, por exemplo, quando os orçamentos do Estado são discutidos, como o que foi aprovado — infelizmente para vocês e para nós —, que reserva soluções menos positivas para a modalidade.

Gostaria, e faço daqui a advertência, que as mesmas preocupações que suscitámos em relação às questões do andebol, que nós acolhemos com grande prudência, bom senso e vontade de colaboração — e não enveredámos pela sua discussão pública, em temos parlamentares, para dar espaço a que o primeiro dos responsáveis por parte do Governo pudesse conduzir tais negociações —, se manifestassem em relação a outras questões, como a que foi abordada na pergunta anterior.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, o seu tempo chegou ao fim.

O Orador: — Termine, Sr. Presidente, fazendo a advertência de que estas questões são sérias e que devem ser tratadas, como eu gosto de as tratar e os senhores também, com seriedade.

No que respeita a este Campeonato do Mundo de Andebol, Sr. Secretário de Estado, gostaria de ouvir um maior esclarecimento de V. Ex.^a quanto à própria organização.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — Termine, Sr. Presidente.

O governo anterior foi criticado quanto ao atletismo, mas, pelos vistos, nada teve que ver com a organização do Campeonato Mundial de Andebol, porque V. Ex.^a não se referiu a ele. Gostaria, pois, que nos desse esclarecimentos complementares sobre essa matéria.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder ao conjunto das questões colocadas, tem a palavra, por 10 minutos, o Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos.

O Sr. José Saraiva (PS): — Diga alguma coisa!

O Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desportos: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado pelas questões colocadas.

Começarei por responder à questão do Sr. Deputado Bruno Dias relativa ao interior e ao litoral, dizendo-lhe que estamos a falar da realização do Campeonato do Mundo de Andebol de 2003 em Rio Maior, em Viseu e em Guimarães, que não são propriamente localidades do litoral do nosso país.

Obviamente que houve a preocupação, por parte da comissão organizadora, de espalhar a organização deste mundial por todo o território, não esquecendo também a Região Autónoma da Madeira.

Quero dizer-lhe que tem existido uma grande preocupação no envolvimento das câmaras municipais, das esco-

las e dos movimentos associativos de todas as regiões onde vai realizar-se o mundial de andebol.

Tive oportunidade de reunir várias vezes com a comissão organizadora e gostava de esclarecer a Câmara e o Sr. Deputado Laurentino Dias que o Governo não vai organizar o Campeonato do Mundo de Andebol de 2003; aquilo a que nos comprometemos, no que respeita a esse campeonato, está protocolado, foi assinado e vai ser cumprido.

Também temos encontrado grande abertura da parte da organização para irmos conversando sobre estes problemas, limando arestas e ultrapassando algumas dificuldades. Isso, felizmente, tem acontecido em todas as localidades onde esse campeonato vai realizar-se. Esperamos todos que seja um sucesso.

Relativamente aos objectivos da realização de eventos desportivos em Portugal, e neste caso concreto do andebol, quero informá-lo também que, aqui sim, nós encontramos os objectivos bem definidos e estamos mesmo convencidos de que vão ser atingidos.

Do ponto de vista dos praticantes desportivos, estou certo de que vão existir, em Portugal, mais praticantes desportivos da modalidade de andebol. Por isso também existe o Mundialinho e o Mundialito, há participação das escolas. As próprias escolas podem ser sócias do mundial de 2003, criando-se um envolvimento com os professores e as escolas na organização e na participação do Campeonato do Mundo de Andebol.

Do ponto de vista desportivo, e sem estar, obviamente, a adiantar, confio muito na capacidade dos nossos atletas, dos nossos técnicos, para podermos dar uma grande alegria a todos os portugueses e podermos ver em Atenas, em 2004, a nossa selecção de andebol. Faço votos para que o nosso andebol se apure para os Jogos Olímpicos de Atenas, que têm lugar em 2004.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Sei bem que o Sr. Deputado Laurentino Dias já está a pensar: «mas como é que, depois, se vão arranjar os apoios para o projecto Atenas 2004?».

Também quanto a isso dissemos, com toda a clareza, aquando da discussão do Orçamento do Estado, na generalidade e na especialidade, sempre falando uma linguagem de verdade: «Neste momento, as verbas disponíveis são estas.» Contudo, o projecto Atenas 2004 é um projecto aberto e, portanto, se o andebol for apurado, bem como o voleibol, com certeza que o XV Governo, juntamente com o Comité Olímpico e com as respectivas federações, não vai deixar nenhum atleta em Portugal por dificuldades orçamentais. Fazemos votos — sei que comungamos todos dessa opinião — de que todos dêem o seu melhor para podermos ter uma participação com muita qualidade nos Jogos Olímpicos de Atenas de 2004.

Portanto, a organização destes eventos desportivos tem estas componentes: a questão dos praticantes desportivos, o rigor financeiro na organização, o cumprimento das promessas e dos acordos que são protocolados e também a remodelação e a construção de novas infra-estruturas desportivas. Também em relação ao andebol, em todos os locais onde se vai realizar esta fase final do campeonato do mundo, haverá alterações significativas nos nossos pavilhões: vamos ter pavilhões novos e alguns remodelados. Esta modernização das infra-estruturas desportivas é extremamente importante, que temos de aproveitar com a realização desses grandes eventos internacionais.

Gostaria ainda de dizer que o nosso modelo de desenvolvimento desportivo assenta, fundamentalmente, em quatro pilares e que a organização destes eventos vem ao encontro destas mesmas expectativas: a escola, o movimento associativo, ou seja, as federações... As federações desportivas, para o XV Governo Constitucional, não são um problema, fazem parte da solução! Não podemos estar, em nenhuma circunstância, de costas voltadas para o movimento associativo. Temos de agradecer o trabalho notável que os dirigentes desportivos e as federações fazem pelo desenvolvimento desportivo do nosso país! Eu não sei estar de outra maneira. Por isso, aproveito a presença de dirigentes desportivos, que se encontram a assistir a esta sessão, para lhes agradecer publicamente o esforço que têm feito pelo desenvolvimento desportivo no nosso país.

Também é importante uma palavra para com a administração local. As câmaras municipais têm um papel fundamental e também a este nível existem comités organizadores: cada localidade tem uma comissão organizadora, que envolve as forças vivas daquela região — as escolas, os políticos, as câmaras municipais, as assembleias municipais —, porque só assim é que conseguimos atingir o sucesso que todos desejamos. E estou certo de que todas as forças políticas, sem exceção, desejam o maior sucesso.

Em 2003, não vamos só organizar o Campeonato do Mundo de Andebol, mas também outros eventos desportivos de grande dimensão: vamos organizar a Gimnastrada Lisboa, o Campeonato do Mundo de Hóquei em Patins,...

O Sr. José Saraiva (PS): — Coisa rara!

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — É de 3 em 3 anos!

O Orador: — ... o Campeonato da Europa de Futebol de Sub-17. 2003 será também um ano importante relativamente à promoção do nosso país, porque estamos a preparar o grande evento desportivo que é o Campeonato da Europa de Futebol de 2004, que aqui foi hoje discutido no início desta sessão de perguntas ao Governo.

O Sr. Deputado Bruno Dias colocou-me a questão de recusarmos a realização de eventos desportivos no nosso país. Eu não disse que recusamos todos os eventos desportivos, mas penso que temos de fazer uma avaliação rigorosa. Organizar por organizar, para dizer que organizámos muitos, essa não vai ser, com certeza, a nossa política. Se existir desenvolvimento desportivo dessa modalidade, se o País tiver condições claras, objectivas e concretas que permitam a realização desse mesmo evento, sim, apoaremos.

Vamos, com certeza, realizar mais eventos desportivos, porque, como lhe disse, temos presente o aspecto positivo que tal representa para o nosso país: dão um impulso forte às modalidades, à modernização das infra-estruturas desportivas e ao aumento de praticantes desportivos. Contudo, se conversarmos com o movimento associativo e perguntarmos quanto custa, quais são as receitas e as despesas, e se não nos souberem dizer, com certeza que diremos logo que não apoaremos. Não vamos apoiar esse tipo de eventos.

No entanto, eventos que tenham princípio, meio e fim — é também muito importante sabermos quando é que acaba o evento desportivo... Repare, Sr. Deputado Bruno Dias,

que o Campeonato do Mundo de Atletismo de Pista Coberta ainda não terminou! Teve início em 2001 e ainda está por acabar! Com problemas gravíssimos! São essas situações que queremos, obviamente, evitar, e com certeza que todas as forças políticas comungam dessa mesma preocupação e estarão ao lado do Governo nestas decisões.

Para terminar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, já que estamos a falar de andebol, sei que a Selecção de Andebol está, neste momento, em estágio, em Viseu, a preparar-se para o Campeonato do Mundo, pelo que gostava de aproveitar esta oportunidade para lhe desejar os maiores sucessos desportivos e desejar também ao Sr. Presidente e a todos os Srs. Deputados um Santo e Feliz Natal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Muito obrigado, Sr. Deputado. Agradecemos e retribuímos os votos de Feliz Natal.

Srs. Deputados, vamos passar à próxima pergunta, dirigida ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, sobre o critério do Governo para a reintrodução do pagamento de portagens na Circular Regional Exterior de Lisboa (CREL), distinguindo-a de outras vias em situação similar.

Para formular a pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, não vou aqui, evidentemente, referir-me às questões de truque contabilístico que este fenómeno assumiu — nesse caso, a pergunta seria, necessariamente, dirigida ao Ministério das Finanças —, centrar-me-ei apenas nas questões que dizem respeito à mobilidade.

De facto, esta Assembleia aprovou, ainda há bem pouco tempo, a figura das áreas metropolitanas, inclusivamente das grandes áreas metropolitanas, aprovou a alta autoridade metropolitana para os transportes num esforço de ordenamento, no reconhecimento explícito de que há um défice de ordenamento nestas grandes malhas urbanas e que a mobilidade é precisamente um dos vectores estruturantes desse ordenamento.

Ora, sabemos que a CREL, bem como a futura CREP, no Porto, funcionam como vias dissuadoras, isto é, como vias que distribuem o trânsito de forma a que ele não penetre no centro da cidade. Sabemos quão nefastos são os efeitos desta entrada massiva no centro da cidade. Sabemos os problemas ambientais que coloca. Sabemos os problemas que coloca à qualidade de vida das pessoas. Inclusivamente — é bom dizê-lo —, nas comparações internacionais, se tivermos em conta que o que está em causa não são auto-estradas, mas sim anéis circulares a grandes cidades, verificamos que, em casos similares, não há pagamento de portagens. Veja-se, por exemplo, o caso de Itália, o caso dos anéis circulares de Madrid ou o caso do anel circular de Paris — não há pagamento de portagens!

Esta questão, que se relaciona intimamente com a tal tentativa de cumprir, por estratégias que provavelmente nem serão aceites pela União Europeia, o défice de 2,8%, não mediou as consequências potencialmente gravosas para a mobilidade das grandes áreas metropolitanas. Acarretará acréscimos da duração das viagens, acarretará poluição acrescida para as grandes cidades, acarretará, no fundo, perda de qualidade de vida e, sobretudo, perda do valor que hoje em dia a urbanidade começa a perder.

Por isso mesmo, porque esta medida vai implicar custos directos e indirectos adicionais, gostaríamos também de saber se foram feitos estudos de custos, os tempos, por exemplo, dos movimentos pendulares, o que isso tem de nefasto no que respeita às horas de chegada aos locais de trabalho, o que isso tem de nefasto no transporte de mercadorias e na sua possível inflação.

Esses custos não foram calculados e deveriam ter sido apresentados simultaneamente com a introdução desta medida, sendo também questionável por isso, Sr. Secretário de Estado: efeitos indirectos no próprio tecido económico e questões desestruturadoras da mobilidade nas grandes áreas metropolitanas.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, também pelo tempo de 3 minutos, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas (Vieira de Castro): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Teixeira Lopes, agradeço-lhe muito a pergunta que faz ao Governo, mas no lugar de V. Ex.^a provavelmente não a faria. Por duas razões. A primeira, porque o Sr. Ministro Valente de Oliveira deu uma explicação na Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações na terça-feira passada e ontem mesmo o Sr. Primeiro-Ministro também a explicou. Ao ser feita esta terceira pergunta fica, pois, o País a saber — e bem — que se há Governo que esclareça o Parlamento é este: na mesma semana, manda à Assembleia três dos seus membros para esclarecer esta questão.

Em segundo lugar, também não faria a pergunta, porque, para falarmos na CREL, o Sr. Deputado vai obrigar-me a falar em obras que já deviam estar feitas e que o governo que nos antecedeu não fez, mas que nós agora vamos fazer. E convenhamos que para a oposição não é bom que se dêem muitas oportunidades ao Governo para afirmar o seu compromisso perante o País de que vai, efectivamente, realizar essas obras.

Sr. Deputado João Teixeira Lopes, gostava que fizesse o favor de se situar comigo na conjuntura em que a decisão da abolição das portagens da CREL foi tomada. Lembra-se que foi em plena campanha eleitoral? O então candidato a primeiro-ministro, Eng.^o António Guterres, andava na «caça ao voto» e, perante um microfone que lhe puseram de surpresa, sem fazer quaisquer contas, disse: «Se eu ganhar, vou abolir as portagens da CREL.»

O Sr. José Magalhães (PS): — Isso é uma caricatura!

O Orador: — O Partido Social Democrata reagiu imediatamente e disse que se tratava de uma decisão irresponsável. E agora que o Partido Social Democrata está no Governo com o CDS-PP pode ser acusado de muita coisa, mas não de incoerência!

O Sr. José Magalhães (PS): — Não?! E as portagens do Oeste?!

O Orador: — Estamos, nem mais nem menos, do que a reprimir o regime de 1991. Quando lançámos o concurso para a concessão da CREL foi com portagens. Chegámos, pois, ao Governo e repusemos a decisão que tínhamos tomado em 1991!

O Sr. José Magalhães (PS): — Isso é espantoso!

O Orador: — Se deixássemos tudo como está, dir-nos-ia o Partido Socialista, e bem: «Não estão a ser coerentes! Criticaram tanto o nosso primeiro-ministro e, logo que tomaram posse, não repuseram as portagens na CREL.»

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Secretário de Estado, o seu tempo terminou. Como sabe, ainda irá dispor de 10 minutos para continuar a responder.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente. Depois, acabarei de responder ao Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Srs. Deputados, inscreveram-se sete Srs. Deputados para fazer perguntas adicionais ao Sr. Secretário de Estado. Como sabem, o Regimento fixa que o conjunto destas perguntas e da resposta do Sr. Secretário de Estado não pode ultrapassar 20 minutos. Portanto, ao fim de minuto e meio, avisarei o Sr. Deputado que estiver no uso da palavra para procurar que nos contenhamos dentro do tempo global que o Regimento determina.

Para formular um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas falou da conjuntura em que a decisão da abolição das portagens foi tomada. Eu falo da conjuntura em que estas portagens foram reintroduzidas. Porque a conjuntura tem apenas a ver com a questão do cumprimento do défice! Se não houvesse a questão do défice, os senhores não aumentariam as portagens! É apenas essa a questão que se coloca! É uma tentativa de última hora, desesperada, pouco rigorosa e, ainda por cima, sem se saber se vai ter ou não o aval da União Europeia.

O Sr. Secretário de Estado, sobre as questões da mobilidade, disse zero! Sobre os efeitos na desestruturação dos planos de mobilidade das áreas metropolitanas, disse zero! E referiu um aspecto formidável: perguntou por que é que eu não questiono sobre as vias que ainda não estão concluídas. Pois, muito bem, os portugueses, e neste caso os lisboetas, não têm culpa que as obras não estejam prontas. Concluem-nas! Façam essa obra! Façam esse feito! E só então deveriam pensar em reintroduzir portagens.

No entanto, volto a referir-lhe que a questão é bem diferente. Estamos a falar de uma via extremamente específica: são anéis circulares às grandes cidades, às metrópoles. E esses anéis, por uma questão de ordenamento urbano, por uma questão de viabilidade da própria vivência nessas cidades, não têm portagens em lado nenhum na Europa!

Os senhores estão a introduzir uma originalidade que é uma autêntica aberração e o Sr. Secretário de Estado apenas acrescentou argumentos políticos, sendo incapaz de responder às questões técnicas.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra, para formular uma pergunta adicional, o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, diria que a política deste Governo, em matéria de portagens, tem uma clara inspiração medieval mas com preços actualizados para o século XXI.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Sr. Secretário de Estado, a CREL, manifestamente, não tem alternativa. Aliás, a CREL foi feita precisamente por não haver uma alternativa rodoviária exterior à cidade de Lisboa.

O Sr. Ministro dizia, há poucos dias, que há uma alternativa, que é o IC19. Ora bem, se o Sr. Ministro diz isso, presumo que nunca passou no IC19 e não conhece a realidade do IC19.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Mas o Sr. Secretário de Estado tem a obrigação de a conhecer, porque não há muito tempo fez uma campanha eleitoral, e até com muito brilho, ali para aqueles lados. Mas se ainda assim não estiver esclarecido sobre o IC19, pergunte ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra, porque ele, seguramente, o esclarecerá sobre aquela realidade e o pesadelo que é, para todos os cidadãos, para todas as populações daquela área que têm de utilizar o automóvel na sua deslocação diária, essa tal alternativa que é o IC19.

O Sr. Secretário de Estado, enfim, culpa o governo anterior pela situação e vem dizer: «Bem, os senhores não fizeram a CRIL, não fizeram o IC16, não alargaram o IC19 e, portanto, a culpa é vossa». Ou seja, a teoria é a seguinte: como não se pagava, não se fizeram as estradas que era necessário fazer.

Sr. Secretário de Estado, vai haver agora uma diferença fundamental com esta decisão do Governo. E a diferença fundamental não é no sentido de que as estradas se façam, porque elas não existem e vão continuar a não existir nos anos mais próximos. A grande diferença é que as pessoas agora pagam! Não têm as estradas, mas pagam! É essa a grande diferença!

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Pagam o virtual!

O Orador: — Pagam, Sr. Secretário de Estado, e pagam muito! Pagam muito e ainda não está devidamente esclarecido se o que as pessoas estão a pagar não é um grande negócio para a Brisa, porque os senhores ainda não conseguiram explicar devidamente os contornos deste negócio e tudo aponta para que seja a Brisa a sua grande beneficiária, à custa de um sacrifício económico pesado para as populações que são abrangidas pela CREL.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho.

O Sr. Fernando Pedro Moutinho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, de facto, pensei que a formulação desta pergunta hoje, por parte do Bloco de Esquerda, viesse a ser a reivindicação da colocação de portagens em todas as vias da Grande Lisboa e, eventualmente, também do Grande Porto, porque tenho ouvido, muitas vezes, o Bloco de Esquerda a defender preocupações ambientais e, associada a isso, a utilização do transporte colectivo. Nessa medida, pensava que o Bloco de Esquerda vinha aqui reivindicar que houvesse mais portagens, até como forma de dissuasão da entrada nos grandes

centros urbanos, nomeadamente em Lisboa e Porto. Era isto que pensava que o Bloco de Esquerda ia defender mas, efectivamente, não foi assim e caíram no vulgar populismo da manifestação, da oportunidade política de tentar «cavalgar numa onda» que, eventualmente, irá provocar contestação.

O Sr. António Filipe (PCP): — O melhor é pôr uma portagem à entrada de Vila Franca de Xira!

O Orador: — Pessoalmente, até acredito que haja, com certeza, manifestação de muitas pessoas preocupadas, obviamente, com os custos que irão suportar no seu orçamento familiar. Mas também é preciso reconhecer as circunstâncias que nos levaram a isto, ou seja, o facto de não haver alternativas na Grande Lisboa, sobretudo com o alargamento do IC19, a conclusão da CRIL e do eixo Norte-Sul, relativamente aos quais há, de facto, necessidade de que possam ser rapidamente concluídos.

Mas, Sr. Secretário de Estado, quero suscitar-lhe uma matéria que também me parece ser útil para a Grande Lisboa e para o Grande Porto: a existência de assinaturas de utilizadores frequentes dos transportes, neste caso destas vias, que também têm uma utilização regular por muita população que, aparentemente, em determinada altura, utilizou essa solução.

Portanto, Sr. Secretário de Estado, para além da aposta nos transportes colectivos e de pensar neste conjunto de soluções, como o sistema de transporte frequente, gostaria de ouvir a sua resposta, porque era, efectivamente, importante para todos nós sentirmos que a aposta nas portagens na Grande Lisboa, como também na CREP do Porto, irá contribuir, seguramente, para a mobilidade nestas regiões e também para um melhor serviço para todos aqueles que utilizam essas vias.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Ainda para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Edite Estrela.

A Sr.^a Edite Estrela (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, fico estupefacta quando o ouço criticar quem promete e cumpre. Ou seja, realmente, há uma grande diferença entre este Governo e o governo anterior: o anterior primeiro-ministro, em campanha eleitoral, prometeu retirar as portagens da CREL e cumpriu, ao contrário do actual Primeiro-Ministro, que prometeu, em campanha eleitoral, reduzir os impostos e não introduzir as portagens na CREL e fez o oposto. Ou seja, há uns que prometem e cumprem e há outros, como o actual Governo, que prometem uma coisa e fazem outra!

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Em relação às portagens na CREL e às alternativas, já aqui foi dito do calvário para quem se desloca diariamente através do IC19. E o actual Governo... Aliás, o Sr. Secretário de Estado, ainda agora, aqui, em tom ameaçador, disse: «não me obrigue a falar das obras que o anterior governo não fez». E as obras que o actual Governo atrasou?! O IC16 e o IC30?!

Sr. Secretário de Estado, não sorria, porque não tem razões para sorrir.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas: — Já vamos falar sobre isso!

A Oradora: — É que a obra relativa ao concurso do IC16 e do IC30, lançado pelo anterior governo, já deveria estar em curso. Os senhores alegam problemas. O único problema que existe foi que o estudo de impacte ambiental disse que o traçado norte, que os senhores preferiam, não é ambientalmente possível. Mas o que interessa àquele população, para que haja uma alternativa ao IC19, é o traçado sul, e esse não tem problemas!

Os senhores também já vieram dizer que o obstáculo era a CRIL, no entanto neste documento que distribuíram dizem que a CRIL e o eixo Norte-Sul estarão concluídos em 2007 mas não apontam qualquer data para a conclusão do IC16 e do IC30, que os senhores atrasaram, pelo menos, dois anos e meio.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr.^a Deputada, esgotou-se o tempo de que dispunha.

A Oradora: — Sr. Presidente, só queria dizer...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem de terminar, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Sr. Presidente, só para terminar quero dizer ao Sr. Secretário de Estado que não lhe fica bem continuar a imputar ao anterior governo culpas que são exclusivamente do actual Governo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, o Sr. Ministro do Ambiente e o Sr. Primeiro-Ministro, em declarações produzidas ontem, tentando arranjar mais argumentos e mais achegas para justificar uma medida socialmente injustificável, referiram que as portagens na CREL constituem uma boa medida ambiental.

Em primeiro lugar, isto é tanto mais estranho quanto vem de um Governo que não tem qualquer estratégia no sector dos transportes, aliás, um dos principais sectores causadores de emissões de gases com efeito de estufa, como provou expressamente o último relatório anual da Comissão Europeia relativamente às alterações climáticas.

Em segundo lugar, a implementação de portagens sem alternativas de transporte colectivo como uma rede nacional de transportes públicos que crie opções às pessoas não é uma boa medida ambiental, porque, Sr. Secretário de Estado, não serve nenhum propósito de diminuição de tráfego, não contribui para diminuir o trânsito automóvel, não contribui para diminuir a utilização do automóvel individual.

A este propósito, entro de imediato no terceiro aspecto: a implementação de portagens pode contribuir para desviar o trânsito da pior maneira.

É que, Sr. Secretário de Estado, pode até acontecer que, para fugir às portagens, as pessoas intensifiquem ainda mais a utilização do IC19 e da 2.^a circular, congestionando ainda mais o trânsito e aumentando os níveis de poluição dentro de Lisboa. Esta é, pois, uma péssima solução a nível ambiental, Sr. Secretário de Estado.

Por todas estas razões, a opção de pagamento de portagens na CREL é uma má solução do ponto de vista social e do ponto de vista ambiental.

Vozes do PCP e do BE: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para formular um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia.

O Sr. Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, começo por saudar o facto de estes problemas ligados à mobilidade estarem a ocupar de forma crescente o nosso Parlamento, questões que, neste momento, são objecto de um grande debate em todos os países da Europa. Aliás, numa recente reunião da Comissão de Obras Públicas, tivemos ocasião de nos debucarmos sobre os problemas de congestionamento de tráfego no espaço europeu e, de uma maneira geral, todos os países se orientam para tarifação das infra-estruturas.

De resto, perante esta questão da tarifação das infra-estruturas, colocam-se três problemas: o da tarifação sob o ponto de vista da recuperação do investimento, o da tarifação no sentido da economia do tempo e o da tarifação sob o ponto de vista dos danos ambientais. Este último aspecto, já aqui referido pela Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, é uma questão bastante importante, sabido como é que a circulação automóvel provoca danos ambientais os quais não são cobertos em grande parte pela existência de tarifação.

A título de exemplo, refiro que, na Suíça, para um camião de 30 t, a taxa aplicada por quilómetro é três vezes superior à que vai ser aplicada na CREL.

Portanto, entendo que estas questões devem ser pensadas com alguma seriedade e estou pronto a discuti-las noutra local e noutra ocasião. No entanto, Sr. Secretário de Estado, não quero deixar de dizer-lhe que estas questões, por serem transversais, não deixam de nos provocar determinado número de perplexidades.

Neste momento, apenas peço ao Sr. Secretário de Estado que nos informe sobre se, na zona da CREL, vão ser feitos estudos de impacte ambiental relativamente à intensidade da circulação automóvel e aos respectivos efeitos sobre o ambiente, agora e no futuro.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Costa e Oliveira, a quem peço que procure conter a pergunta em minuto e meio para cumprirmos o Regimento.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Costa e Oliveira (PSD): — Sr. Presidente, serei muito breve e tentarei não me desfasar do conteúdo da pergunta colocada pelo Sr. Deputado João Teixeira Lopes, porque apenas quero saber qual foi o critério a que se referiu.

Sr. Deputado, pelo que tenho entendido e ouvido, terá sido um critério para projectar algum desenvolvimento e alguma modernidade em todo o conjunto de acessibilidades a Sintra...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Não percebeu!

O Orador: — ... e, para além disso, a toda a área metropolitana...

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Só contaram para você!

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Não lhe disseram que era por causa do défice?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, queira prosseguir e não se deixe interromper porque o tempo está a contar.

O Orador: — É difícil, Sr. Presidente.

Pausa.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Se o Sr. Deputado não intervém, perde o seu tempo.

O Orador: — Então, vou continuar, mas apenas não quis que o Sr. Presidente perdesse a oportunidade de ouvir ambas as partes.

Como dizia, de facto, o que está em causa é um critério no sentido de projectar alguma modernidade.

Assim, pergunto se, quando o Governo e o Sr. Secretário de Estado decidiram tomar esta medida, não entenderam que a mesma deveria ter sido adoptada há mais tempo para que este conjunto de dores de cabeça já estivesse resolvido há muito.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, dispondo de um máximo de 10 minutos.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas: — Sr. Presidente, tenho de agradecer aos Srs. Deputados o entusiasmo manifestado sobre esta matéria que a todos preocupa.

O Governo tem resposta, pois compete-lhe exercer as suas funções e estamos a procurar fazê-lo da melhor maneira possível,

Sr. Deputado João Teixeira Lopes, vamos directos ao assunto. V. Ex.^a referiu que, sobre mobilidade, eu disse zero. Então, Sr. Deputado, faça o favor de anotar: quanto à conclusão da CRIL, o concurso vai ser lançado no início de 2003.

Em relação à concessão do IC16/IC30, já em Janeiro, daqui a poucos dias, vai ser aberto concurso, e terá portagens, excepto em dois pequenos lanços, Alcabideche/Linhó e Lourel/Ranholas — isto, para ficar já tudo esclarecido.

Depois, vai ser aberto concurso para a empreitada de alargamento do IC19 entre o Palácio de Queluz e o nó do Cacém. O projecto de execução cujo concurso está a decorrer contempla já o alargamento do IC19 desde o Palácio de Queluz até Ranholas.

Relativamente ao eixo Norte-Sul, a história é bem complexa e não tenho tempo para contá-la, mas ela atesta bem como o governo socialista resolvía algumas questões.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Não resolvía!

O Orador: — Aliás, agradecia muito que os Srs. Deputados, quando tivessem disponibilidade, me dessem a oportunidade de explicar ao Parlamento o que se passou com o eixo Norte-Sul. Agora, para lhe dar dados concre-

tos, poderei dizer que o concurso vai ocorrer no 3.º trimestre de 2003.

Sr. Deputado João Teixeira Lopes, como é do Porto, vou também dizer-lhe já uma coisa que lhe interessa muito porque o Governo gosta de deixar tudo claro: também no início do ano, vamos lançar, como o Sr. Deputado sabe, a concessão para a circular regional exterior do Porto (CREP), IC24, com cobrança de portagens, o que vai igualmente acontecer também no IP4 entre Amarante e Vila Real — essa concessão também vai ser concursada, no início de 2003, com portagens. É o que o Governo tem a dizer sobre essa matéria.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Com portagens!? Boas notícias!...

O Orador: — Sr. Deputado António Filipe, sobre o IC19, já lhe referi o que vai acontecer.

O Sr. António Filipe (PCP): — O IC19 vai ter portagem na faixa de ultrapassagem!

O Orador: — Também em relação ao IC19, o Sr. Deputado falou sobre o negócio que teria sido bom para a Brisa (pelo menos, entendem assim) e mau para o Estado. Ora, nós já fizemos chegar, seguramente ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista e penso que também seguramente à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, os dados (previsões de tráfego) que suportaram o valor a que se chegou de 288 420 000, a que se devem acrescer 91 milhões de euros, que representam o investimento que a Brisa vai ter de fazer, até 2032, no que respeita a alargamentos da CREL, à medida que os fluxos de tráfego o exigam.

Sr. Deputado Pedro Moutinho, sobre a questão das assinaturas para utilizadores frequentes, tenho a dizer-lhe que, tratando-se de uma auto-estrada concessionada, se o concessionário entender que deve promover a utilização dessa auto-estrada, o Governo nada terá a opor.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — lava as mãos, como Pilatos!

O Orador: — Não vamos é praticar um método do passado, de fazer uns descontos, que, depois, eram compensados pelo Estado. Nós não adoptamos esse critério, nem temos dinheiro para pagar esses descontos.

Ó Sr. Deputada Edite Estrela, não devia ter falado no IC16/IC30!

A Sr.ª Edite Estrela (PS): — Ai não?! Devia e volta a falar!

O Orador: — Sabe porquê? Porque isso — e eu só encontro esta expressão — é «meter-se na boca do lobo».

Vozes do PS: — Onde é que está o lobo?!

O Orador: — Srs. Deputados, não levem a mal que use uma expressão popular, até porque tenho aqui na minha frente muitos amigos. Esse concurso, Sr.ª Deputada, era uma embrulhada. E que já havia um problema sério para resolver, que era a execução do IC16/IC30, e o Partido Socialista, usando um método *a contrario*, pensou: «Já que temos ali um problema, pomos-lhe um problema maior em

cima. E, como nos falta concluir a CREL, vamos pendurar mais a CREL na concessão».

A Sr.ª Edite Estrela (PS): — Explique-se!

O Orador: — Foi o que os senhores fizeram! E sabe qual foi a conclusão a que cheguei, pouco tempo depois? E que não tínhamos nem uma coisa nem outra!

O que lhe garanto, Sr.ª Deputada, é que vamos ter o IC16/IC30...

A Sr.ª Edite Estrela (PS): — Quando?

O Orador: — Ora, a Sr.ª Deputada tinha perguntado e eu tenho de dar-lhe resposta: 2006!

A Sr.ª Edite Estrela (PS): — A conclusão?

O Orador: — Exactamente! A conclusão será em 2006.

Mas a verdade era esta, Sr.ª Deputada Edite Estrela: não tínhamos nem a conclusão da CREL nem o IC16/IC30. Reafirmo que vamos ter as duas coisas.

A Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia entende que foi uma decisão errada, o Governo acha que foi uma decisão certa. Não resolveremos, seguramente, esta divergência.

Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia, nós vamos observar o que se passa, em termos ambientais, relativamente a cada um dos eixos com mais tráfego. É necessário que o façamos para termos dados concretos e, depois, tomarmos as medidas correctivas que, porventura, esses dados nos aconselharem. É, naturalmente, um trabalho que temos de desenvolver em colaboração com o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

O Sr. Deputado Costa e Oliveira embarcaçou-me, porque queria que eu falasse sobre o passado. Tive de falar um bocadinho, porque a oposição obriga-me a isso, mas eu não gosto. Gosto mais de olhar para a frente e, sobretudo, perdoem-me os Srs. Deputados que lhes diga, gosto muito de vir aqui e afirmar, porque tenho a certeza, que salvo a catástrofe. E eu entendo que não pode ser de outra maneira.

Temos de anunciar aquilo que haja para fazer quando tivermos a certeza absoluta de que não irão ocorrer incidentes que, porventura, ponham em causa aquilo que dizemos. Vamos ser, seguramente, muito criticados por fazer poucas promessas, mas não estamos nada preocupados com isso, o que queremos é cumprir aquilo que prometemos.

A Sr.ª Edite Estrela (PS): — Não, não! Prometem mas não cumprem!

O Orador: — É um estilo! É um estilo diferente, não digo que seja melhor ou pior, é o nosso.

Ainda tenho uns segundos para desejar ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados, um Bom Natal e um Bom Ano Novo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. António Filipe (PCP): — Vamos todos andar na CREL até ao Ano Novo, porque é de borla!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Agradeço-lhe, Sr. Secretário de Estado, em meu nome, no do Plenário e

no da Mesa em particular, e desejo-lhe também um Feliz Natal e umas boas entradas.

Srs. Deputados, vamos passar à pergunta sobre a revisão do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode, que será formulada pela Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, do Partido Ecologista «Os Verdes», e respondida pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território.

Assim, tem a palavra, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território, a albufeira de Castelo de Bode tem como principal função o abastecimento da água e a produção de energia eléctrica e é, por decreto-regulamentar de 1988, classificada como albufeira de águas públicas protegidas.

Contudo, um dos problemas com os quais este reservatório de água se confronta é com o gradual agravamento da falta de qualidade das águas, que têm apresentado níveis de contaminação microbiológica que ultrapassam os valores limites. Estamos a falar de água para abastecimento a cerca de 3 milhões de pessoas, o que nos deve deixar apreensivos quando temos a informação de que esses níveis de poluição estão relativamente perto da zona de captação da EPAL.

Ora, isto remete-nos, desde logo, para a certeza de que o Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode, que existe desde 1993, não teve eficácia quanto aos seus propósitos, nomeadamente no que diz respeito, por exemplo, à reflorestação de zonas ardidas, que é feita intensivamente com eucaliptos, ou em relação às construções que têm surgido na zona de protecção da albufeira.

O certo é que a revisão do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode, que esteve em consulta pública até há pouco tempo e sendo da responsabilidade do INAG e, portanto, da tutela do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, indica, justamente, que os níveis de contaminação das águas se devem à falta de saneamento e que apresenta picos nos meses de Verão, quando existe uma combinação de menor caudal, maior temperatura e maior pressão humana — sublinho, pressão humana.

Ora, simultaneamente, esta proposta de revisão aceita um crescimento populacional, num futuro próximo, na ordem dos 400%, com a construção de empreendimentos turísticos concentrados e a edificar na zona de protecção da albufeira, admitindo, portanto, agravar uma das maiores causas do problema: agravamento da pressão sobre o espelho de água, da pressão dos efluentes, mais actividades náuticas e maior concentração. Isto já para não falar dos impactos paisagísticos e da obsessão do turismo que se está a programar para aquela zona.

Sr. Secretário de Estado, vou colocar-lhe algumas questões concretas, que gostaria de ver respondidas concretamente.

Tratando-se da principal questão de poluição pergunto: o Sr. Secretário de Estado considera que a promoção de um turismo intenso é a melhor forma de preservar a qualidade da água e também um desenvolvimento sustentado e harmonioso da região?

Tendo a nossa proposta de alteração do PIDDAC, relativa a uma rede de monitorização da qualidade da água, sido rejeitada aqui, na Assembleia da República, como vai o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente garantir um permanente controlo da mesma em toda a albufeira?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território, dispondo, para o efeito, de 3 minutos.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território (Ferreira de Almeida): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, em primeiro lugar, agradeço-lhe a iniciativa desta pergunta, porque permite ao Governo desfazer alguns equívocos que se têm avolumado a propósito da revisão do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode.

Tem V. Ex.^a razão relativamente ao diagnóstico, o qual levou, de facto, à revisão deste Plano de Ordenamento, que, em boa hora, foi determinado em 1999, e isto explica, também, alguma celeridade nos trabalhos desta revisão.

Porém, já não tem razão na leitura que faz daquilo que são as propostas desta revisão do Plano de Ordenamento, porque em nenhum lado decorre um aumento de quatro vezes mais a população admitida pelo Plano de Ordenamento em vigor; bem pelo contrário, há uma redução significativa na carga humana admitida — e esta é, aliás, uma linha de orientação inscrita na resolução do Conselho de Ministros que determinou a revisão do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode.

Provavelmente, terá feito o trabalho de casa e percebeu que o Plano de Ordenamento ainda em vigor prevê, para o uso urbano, uma carga populacional que poderia atingir 30 679 habitantes. O projecto de revisão do Plano de Ordenamento diminui essa carga para menos de metade; isto é, prevê uma carga, em uso urbano — estamos a falar de habitação em perímetro urbano —, para 14 766 habitantes, e se o confrontar com a cartografia associada e em exposição verá que há uma redução drástica dos perímetros urbanos.

No que diz respeito ao uso turístico, a Sr.^a Deputada pergunta-me se a melhor forma de proteger aquela origem de água é massificar o turismo, respondendo-lhe, decididamente, que não. E por que não? Este novo plano aponta para a opção correcta, certa, de os 33 510 habitantes (sem contar com a possibilidade de surgirem, como sabe, áreas turísticas nas zonas florestais de protecção, como está previsto no actual Plano de Ordenamento) serem reduzidos para 1570 habitantes. Isto é, volto a sublinhar, há uma redução proposta na revisão deste Plano de 33 510 para 1570 habitantes.

Relativamente às restantes classes de espaços, onde se previa — e estamos a falar, designadamente, em espaços de protecção florestal — a construção de uma habitação por 4 ha, que deu origem, por exemplo, ao surgimento de Vale Manso, que deve conhecer, a opção deste Plano é reduzir a zero essa possibilidade de ocupação.

Portanto, não corresponde à verdade que este Plano...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Secretário de Estado, o tempo esgotou-se, peço-lhe que conclua, pois, no final, terá 10 minutos para responder aos pedidos de esclarecimentos adicionais.

O Orador: — Com certeza, Sr. Presidente. Apenas para concluir, gostaria de dizer que o seu diagnóstico, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, corresponde à verdade, mas já não corresponde à verdade aquilo que considera ser os objectivos errados deste Plano.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, o Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território confirmou a possibilidade de construção de empreendimentos turísticos em áreas de protecção. Mas, Sr. Secretário de Estado, a comparação que tem de ser feita, em termos de maior pressão urbana, é entre o que existe hoje e o que este novo plano de ordenamento prevê, e aqui, Sr. Secretário de Estado, está, de facto, previsto, e é admitido, aliás, um aumento de pressão humana nesta revisão do Plano de Ordenamento. Promove-se, de facto, a intensificação e a concentração, através de um turismo intensificado, e, a partir daí, todas as actividades associadas. E o certo é que, tal como faz essa previsão, reproduz e tenta aplicar depois um conjunto de medidas para solucionar essa maior concentração, medidas essas que não passam de outra coisa se não de uma perfeita fachada relativamente às soluções concretas.

Lembro-o, por exemplo, da medida relativa às actividades náuticas, como uma dessas actividades associadas previstas neste novo Plano, na qual se prevêem zonas de circulação de barcos e a proibição de jangadas particulares, em virtude dessa mesma intensificação das actividades náuticas, que, por sua vez, são decorrentes da maior concentração populacional. Ou seja, permite-se o agravamento do problema e, em seguida, cria-se um conjunto de soluções que nada tem de solução concreta, não passando, por isso, de medidas de fachada.

Assim, Sr. Secretário de Estado, para já, gostaria de ver respondidas as questões concretas que coloquei, nomeadamente a relativa à monitorização, à qual não obtive resposta, mas também gostaria que o Sr. Secretário de Estado nos falasse das questões de fiscalização, que não têm existido até à data e que, neste quadro, são profundamente fundamentais que existam e, mais do que isso, que se intensifiquem.

Para terminar, aproveito a presença do Sr. Secretário de Estado para saber, porque esta tem sido uma longa luta do Partido Ecologista «Os Verdes» nesta Casa, se o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente vai ter coragem para deitar a abaixo os muros existentes na área de protecção integral da albufeira e impedir a privatização dos caminhos de acesso, e refiro-me, nomeadamente, aos conhecidos muros do Bico do Zorro.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado João Moura.

O Sr. João Moura (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território, sabe-se que o grande problema do nosso sistema de planeamento não está na fase de elaboração mas, sim, na de implementação, e parte da disciplina que este plano de ordenamento de albufeiras introduzirá depende da capacidade de fazer cumprir o seu regulamento.

Boa parte dos objectivos a prosseguir por este plano, designadamente a preservação da qualidade da água, depende de medidas concretas de salvaguarda. Neste sentido, gostava de colocar algumas questões.

Sr. Secretário de Estado, o que pensa o Governo fazer para garantir a fiscalização e o controlo das actividades que atentem contra os objectivos deste plano?

Existe algum programa de investimento associado ao Plano de Ordenamento que garanta a protecção e a melhoria da qualidade da água, sabendo-se que esta é essencial para quase um terço da população portuguesa que depende desta albufeira?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território, a questão de fundo (e era sobre ela que o Governo deveria dizer aqui alguma coisa) é que estamos perante a mais importante albufeira do País, uma albufeira de águas públicas protegidas desde 1988, com um Plano de Ordenamento aprovado em 1993, agora revisto — a consulta pública terminou no dia 22 de Novembro transacto —, e estamos a assistir à contaminação daquela que é, como já aqui foi dito, a mais importante reserva estratégica de água para o País. Estamos a falar do abastecimento de água a cerca de 3 milhões de pessoas.

Contudo, o Sr. Secretário de Estado vem aqui, com toda a tranquilidade e serenidade, redizer que, de facto, as coisas estão mal, que não houve cumprimento relativamente a algumas matérias mas que agora se vai sanar o que está menos bem. A questão de fundo não é esta, Sr. Secretário de Estado! Estamos a falar de um recurso fundamental do País, que é a água; estamos a falar de um abastecimento estratégico para o País, que envolve cerca de 3 milhões de pessoas, e aquilo que o Plano de Ordenamento, aprovado em 1993, diz nunca foi cumprido nem fiscalizado, o que permitiu que as pessoas construíssem nessa área as suas segundas casas (casas de lazer), ignorando e deixando de sustentar aquilo que é o mais importante da albufeira. O plano de ordenamento da albufeira contém actividades de natureza primária e secundária: a actividade primária é o vector estratégico da água, é a sua defesa, e a actividade secundária é o lazer, são as segundas habitações. Porém, o que temos vindo a constatar é que, em vez dos 3500 habitantes que se pensa residirem na zona, o Plano actual prevê que eles possam ser 14 000! E o Sr. Secretário de Estado fica impávido e sereno, considerando que 14 000 sempre é menos mau do que 20 000 ou 30 000. É verdade! Seria pior 1 milhão, com toda a certeza!

Ora, o que temos de entender é se este Governo considera que este recurso tem fim e se, como tem fim, tem de ser salvaguardado. Estamos a falar da qualidade da água para abastecimento de Lisboa e Vale do Tejo. Estamos a falar de milhões de pessoas. Esta é a questão de fundo.

O Sr. Secretário de Estado sabe que há albufeiras onde não é possível, por exemplo, andar um barco a motor. O Sr. Secretário de Estado sabe que na revisão do Plano de Ordenamento estão a ser inviabilizadas jangadas individuais — deve ser por causa do gasóleo, com certeza! — e a implementar-se os barcos a motor. É em defesa da água, Sr. Secretário de Estado?!

O Sr. Secretário de Estado leu parcialmente o relatório e esqueceu-se de ler aquilo que era fundamental: as críticas.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Nelson Baltazar.

O Sr. Nelson Baltazar (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território disse-nos e deu-nos a entender, e bem, que o plano de ordenamento que está em causa, o Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode, não pode ser, de maneira alguma, o somatório dos interesses e dos objectivos quer dos autarcas quer dos agentes imobiliários.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — Disse-nos também que até agora o que havia era uma autorização dispersa na margem da albufeira para a instalação de interesses imobiliários e que agora ela é mais condensada.

Bom, temos os dois problemas, que vão ser somados. Até agora tínhamos uma coisa, e agora estamos a autorizar a soma de outros. Como é que isto vai ser resolvido?

Sr. Secretário de Estado, penso que o senhor nos tem dito até agora que a sua estratégia política, do ponto de vista do ordenamento do território, não tem a ver com esta perspectiva, tem a ver com uma outra perspectiva. Gostaria que nos esclarecesse.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Esta questão põe em causa claramente a intensidade habitacional sobre um determinado ponto do território, particularmente o território que temos de defender. E, neste caso, temos de defender ainda as questões da qualidade das águas, assunto já aqui muito focado.

Sr. Secretário de Estado, no que toca à questão das águas, devo dizer que o problema não está em Castelo de Bode, as águas vêm desde a Covilhã, passam por Proença, pela Sertã e por aí fora. As águas passam nos distritos de Castelo Branco, de Leiria e chegam a Santarém. Esta é a questão essencial.

Neste sentido, gostaria que o Sr. Secretário de Estado me dissesse, se possível, se concorda comigo em que aqui do que precisamos, para além de um plano de saneamento ligeiramente previsto neste Plano de Ordenamento, é efectivamente mais do que isto, é de um plano de ordenamento claro quanto às águas e a toda a bacia do Zêzere. Considero esta questão importante e gostaria que me dissesse se também a considera essencial.

Termino, Sr. Presidente, propondo ao Sr. Secretário de Estado que este novo plano de ordenamento seja também de uma autoridade, relativamente à água de Castelo de Bode, para que possa, ela própria, fiscalizar a qualidade da água ao longo de toda a bacia do Zêzere e não só a da albufeira de Castelo de Bode.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Gonçalves.

A Sr.^a Isabel Gonçalves (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do

Território, a revisão do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo do Bode esteve em discussão pública até finais de Novembro e incide sobre um plano de água e uma zona de protecção.

Como já foi referido, esta albufeira é o maior reservatório de água nacional e efectivamente a qualidade da água tem vindo a sofrer perda de qualidade.

Não basta, porém, dizer que tem vindo a perder qualidade, também é preciso saber quais são os parâmetros em relação aos quais essa perca de qualidade tem vindo a verificar-se para se poder avaliar se se não está a pôr em causa o consumo humano e também os usos que conduzem a isso. Ou seja, é preciso saber se essa perca de qualidade deriva da actividade humana ou da actividade industrial, ou de outra.

A questão que quero colocar está relacionada com a água, pois é a preocupante. Assim, gostaria de saber se nesta revisão do Plano de Ordenamento estão previstos procedimentos de monitorização da qualidade da água, essencialmente na zona da captação, uma vez que esta captação assegura, como já aqui foi referido, o abastecimento a cerca de 3 milhões de pessoas, por forma a permitir uma intervenção atempada no caso de uma deterioração rápida da qualidade da mesma, a fim de se evitar qualquer problema de saúde pública. Isto é, estão previstos procedimentos de monitorização contínua da qualidade da água na zona de captação?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Nelson Correia.

O Sr. Nelson Correia (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território, a propósito da matéria que aqui estamos a discutir, permita-me que lhe coloque questões relacionadas com as revisões dos planos directores municipais (PDM), ainda que não tenham directamente a ver com esta matéria, por me parecerem ser questões pertinentes, tendo em conta que temos, um pouco por todo o País, planos directores municipais de segunda geração.

Como V. Ex.^a sabe, a maioria dos PDM que vigora actualmente nos municípios portugueses está desactualizada e obriga a uma revisão ordinária. Foram feitos com base numa imposição da Administração Central, que determinava que quem não tivesse PDM aprovado não poderia aceder a muitos instrumentos financeiros no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio, e os primeiros PDM foram feitos com enormes dificuldades, sem grande visão estratégica e até em condições de elaboração extremamente precárias por inexistência de instrumentos capazes, tais como os de cartografia.

Ora, ao mesmo tempo que estas questões estão a ser agora tratadas, há novas questões, relacionadas com a permeabilidade, as densidades e os novos usos de solos, que, antes, não tinham grande relevo.

Portanto, Sr. Secretário de Estado, importa saber que caminho devemos seguir na elaboração dos novos planos directores municipais. Por isso, pergunto: que iniciativas legislativas está a pensar desenvolver nesta área?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Que caminhos se propõe seguir, designadamente, na perspectiva de garantir que os municípios disponham de condições técnicas, logísticas e humanas para alteração dos PDM.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado Nelson Correia, não quis interrompê-lo, tanto mais que é a primeira vez que intervém neste Plenário, mas é manifesto que este pedido de esclarecimento não tem a ver com o tema em debate.

O Sr. Nelson Correia (PS): — Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Em todo o caso, o Sr. Secretário de Estado responderá como entender, como achar mais conveniente.

Tem a palavra, para responder, pelo tempo máximo de 10 minutos, o Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nelson Correia, terei muito gosto em responder à sua questão, pois convoca um tema fascinante, que é a renovação do nosso sistema de planeamento urbanístico. Perdoar-me-á que não o faça agora, sob pena de me dispersar nas matérias, pois o tema da pergunta tem a ver com a situação da revisão do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo do Bode, e que me atenha apenas ao tema da pergunta. De qualquer modo, terei todo o gosto, por iniciativa do Sr. Deputado, se assim o entender, em lhe responder a estas e outras questões sobre as revisões dos PDM.

Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, quanto às questões colocadas relativamente ao Plano de Ordenamento, volto a frisar que está em causa uma redefinição de usos e de cargas quanto a um espaço que tinha um Plano de Ordenamento aprovado e em vigor. E não haja confusões: o que estava aprovado, como previsão, para carga em uso urbano era mais do que 30 000 habitantes, e o que esta revisão do Plano prevê é uma redução drástica! Prevê uma redução — e bem! — para 14 766 habitantes. Logo, estamos ambos de acordo em que essa redução da carga é absolutamente necessária para protecção do bem essencial, que é a água.

Relativamente ao uso turístico, também não haja qualquer equívoco: o que está previsto no actual Plano é a possibilidade da existência de camas que se traduzam numa ocupação de mais do que 33 000 habitantes. Este projecto de revisão do Plano faz uma proposta de redução para 1570 habitantes.

Protestos da Deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia.

Sr.^a Deputada, quanto às restantes ocupações dos espaços, cuja indefinição regulamentar deu, por exemplo, origem ao surgimento de Vale Manso, a proposta de revisão do Plano, neste momento, não prevê, designadamente para as zonas de protecção florestal, qualquer tipo de ocupação.

Da intervenção da Sr.^a Deputada Luísa Mesquita parece pretender que se imponha ou se institua nesta sede um dever de não uso daquele território.

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Não!

O Orador: — Parece que é isso!

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — É a fiscalização!

O Orador: — Mas, a este propósito, recordo que, no contributo dado pelo Partido Ecologista «Os Verdes» em sede de participação pública, é o próprio Partido a reconhecer que as expectativas das freguesias e concelhos envolventes, no que diz respeito ao aproveitamento da albufeira para o seu desenvolvimento, assim como a dos confinantes e da população em geral para a sua utilização para fins e lazeres, são compreensíveis.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Mas atenção à forma de desenvolvimento!

O Orador: — Ora bem, isto significa aceitação de que temos, efectivamente, de fazer um exercício para ver qual é a compatibilização possível entre as legítimas expectativas das populações que têm direito a aproveitar aquela albufeira para o seu desenvolvimento e os valores fundamentais que aqui estão em causa, designadamente a qualidade da água. Foi este o exercício que foi feito e que, no meu entender, é equilibrado.

Chamo-lhe a atenção para o facto de ainda não haver caução política para este exercício. Terminou há muito pouco tempo a discussão pública e vamos ver o que resulta da ponderação das críticas, observações, sugestões relativamente às soluções apresentadas no projecto de revisão do Plano. Mas devo dizer-lhe que as soluções propostas são equilibradas em termos de defesa.

Recordo-lhe que, relativamente ao uso urbano, se propõe, em 5 dos 7 perímetros urbanos, uma redução drástica dos perímetros urbanos, que, no que respeita ao uso turístico, haja praticamente a impossibilidade de construir novas urbanizações destinadas a este fim e que, quanto às restantes classes de espaços... Tenho de repetir estas coisas tantas vezes quantas foram necessárias, porque, Sr.^a Deputada, não podemos andar permanentemente aqui a discutir — e de vez em quando Os Verdes tiram do seu *kit* de sobrevivência umas questões que de facto não existem!

Protestos da Deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia.

Nesta matéria, as coisas são efectivamente assim! São objectivamente assim!

Protestos da Deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia.

Mas deixe-me referir ainda à questão da qualidade da água. Há claramente no projecto de revisão do Plano de Ordenamento (e só não o reconhece quem não o ler) propostas no sentido de defender o bem essencial, que é a água, com a consciência plena de que estamos a tratar de uma reserva de água para o abastecimento público de 3 milhões de habitantes. Por isso é que o projecto de revisão do Plano diz, claramente, que não serão permitidos novos loteamentos ou operações urbanísticas de impacto semelhante ao que está efectivamente instalado enquanto os sistemas de saneamento básico e de tratamento de afluentes não estiverem em funcionamento. Qual é a solução que a Sr.^a Deputada propõe em alternativa? A instituição do dever de não uso, puro, simples e absoluto??

Relativamente às áreas de potencial uso turístico, o que se diz na revisão do Plano é que só após a construção

do sistema de recolha e tratamento terciário de afluentes é que é possível construir. Ou seja, está-se claramente a eleger como pressuposto fundamental tudo quanto é necessário fazer para protecção da qualidade da água. O que é que é possível e desejável fazer mais?! Esta regra está estabelecida no projecto de revisão do Plano de Ordenamento.

No que diz respeito à correcção das situações actuais, o novo plano irá prever, e dou-lhe esta garantia — a actual revisão do Plano não prevê, mas irá prever, é, aliás, uma das boas sugestões feitas em sede de discussão pública —, a obrigatoriedade da correcção dessas situações, que, efectivamente, têm implicações negativas na qualidade da água, nomeadamente o encerramento das fossas sépticas existentes, prevendo-se, em alternativa, a ligação à rede pública ou a sua substituição por fossas estanques.

Quanto às propostas para o plano de água, ó Sr.^a Deputada, então o que está previsto no plano são medidas de fachada?!

Protestos da Deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia.

Devo dizer-lhe que este é um projecto de revisão do Plano equilibrado. É equilibrado porque, de facto, como disse um Sr. Deputado, estando em causa (e estão sempre em questões de ordenamento do território) múltiplos interesses, os mais diferenciados, interesses conflituantes, neste caso concreto não há interesse nenhum que esteja de acordo com esta proposta, o que significa que o plano é equilibrado.

No que toca ao plano de água, o que se prevê é a restrição da navegação a motor. É justamente aquilo que a Sr.^a Deputada disse!

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Não é a restrição, é a definição da zona de utilização!

O Orador: — É a definição posterior de um plano de monitorização para o qual, designadamente, convocaremos os recursos necessários, deitando mão ao plano operacional do ambiente, se preciso for. Trata-se de um projecto específico que determina a quantificação de poluentes libertados por diversos tipos de embarcações motorizadas. É uma estratégia de ordenamento das embarcações que permite registar, controlar e fiscalizar as embarcações e o acesso ao plano de água, assim como dotar as infra-estruturas de meios adequados à prática de recreio náutico em segurança. Ou os Srs. Deputados também entendem que nestas albufeiras não deve haver lugar à prática de desportos?!

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Controlada!

O Orador: — Controlada! É exactamente isso que queremos dizer! É claramente isso que é dito no projecto de revisão do Plano, e só não o reconhece quem não conhece o projecto de revisão do Plano, como é o caso das restrições às jangadas existentes.

Risos da Deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Deputada diz que isto é uma coisa de fachada, mas, então, qual é a alternativa? É permitir a indisciplina que existe neste momento em Castelo de Bode?!

Passo à fiscalização, que é, de facto, uma questão muito importante. Quero dizer aos Srs. Deputados que, não só no caso da albufeira de Castelo de Bode como em todas as albufeiras de águas públicas, o Ministério tem em curso a negociação de um protocolo com o Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) para essa fiscalização. É de facto o problema, reconheço! Muitos dos planos de ordenamento das albufeiras de águas públicas, como disse o Sr. Deputado, ficam no papel, porque, justamente, toda a disciplina que instituem não é depois acompanhada, monitorizada e fiscalizada.

Vamos tentar reforçar os meios das Direcções Regionais do Ambiente e Ordenamento do Território (DRAOT) ou das entidades que lhe sucederem, mas vamos fundamentalmente basear essa fiscalização e esse controlo na actuação do SEPNA. Julgo que o SEPNA já deu provas da sua eficácia e que será um instrumento fundamental para suprirmos a manifesta insuficiência que existe nesta matéria.

Sr. Deputado João Moura, respondendo directamente à sua pergunta, devo dizer que há de facto um plano de investimentos associado a este plano de ordenamento, para resolver um conjunto de problemas, para promover um conjunto de valorizações que permitam justamente satisfazer os legítimos interesses da população. O que significa, no período da Legislatura ou um pouco mais, qualquer coisa como um investimento de 11 milhões de euros.

Sr. Presidente, permita-me ainda que lhe deseje um Feliz Natal, votos extensíveis naturalmente aos Srs. Deputados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Agradeço-lhe, Sr. Secretário de Estado, em meu nome e em nome da Câmara.

Srs. Deputados, chegamos ao fim da nossa ordem de trabalhos de hoje. A próxima reunião plenária terá lugar no dia 8 de Janeiro, às 15 horas, tendo, além do período de antes da ordem do dia, como ordem do dia o debate mensal, ao abrigo do artigo 76.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia da República, sobre a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Permitam-me, antes de encerrar a sessão, que em meu nome e em nome da Mesa deseje a todos os Srs. Deputados e respectivas famílias e aos Membros do Governo os votos de Feliz Natal e Feliz Ano Novo.

Está encerrada a sessão.

Eram 14 horas e 10 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões
António Alfredo Delgado da Silva Preto
António Pedro Roque da Visitação Oliveira
Arménio dos Santos
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Maria Assunção Andrade Esteves
Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares
Pedro Filipe dos Santos Alves
Pedro Miguel de Azeredo Duarte

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons Braga de Carvalho
 Alberto Marques Antunes
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Barroso Soares
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 José Alberto Sequeiros de Castro Pontes
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Luís Manuel Capoulas Santos
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Paulo José Fernandes Pedroso
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Victor Manuel Bento Baptista

Partido Popular (CDS-PP):

Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Social Democrata (PSD):

António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo

Partido Socialista (PS):

Alberto Bernardes Costa
 Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins

*Srs. Deputados que faltaram à sessão:***Partido Social Democrata (PSD):**

Adriana Maria Bento de Aguiar Branco
 Ana Paula Rodrigues Málolo
 António Paulo Martins Pereira Coelho
 Daniel Miguel Rebelo
 Eduardo Artur Neves Moreira
 Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho
 Henrique José Monteiro Chaves
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 José António Bessa Guerra
 José Manuel de Lemos Pavão
 José Manuel Pereira da Costa
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues
 Manuel Joaquim Dias Loureiro
 Marco António Ribeiro dos Santos Costa
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Miguel Fernando Alves Ramos Coleta
 Sérgio André da Costa Vieira

Partido Socialista (PS):

Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva

Partido Popular (CDS-PP):

Henrique Jorge Campos Cunha

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUIDO 5%)

€ 2,00